

Quem disse ?

«Hermínio da Palma Inácio é uma figura lendária da luta pela liberdade»

Manuel Alegre
Estufa Fria, 13 de Maio



Valores apurados após aumento dos combustíveis

Inflação confirma previsões do Governo

O Secretário de Estado do Orçamento, Fernando Pacheco, assegurou na segunda-feira que o valor médio da inflação anual em Abril, que não ultrapassa os dois pontos percentuais, é consistente com os objectivos do Governo, também de dois por cento.

De acordo com o membro do Governo, este valor coloca Portugal ao nível das mais baixas taxas que se registaram no País desde os anos 60, afirmando que os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística confirmam que se mantém a tendência para um redução da inflação no final do corrente ano. Fernando Pacheco disse ainda que a taxa homóloga subiu devido ao agravamento dos combustíveis. Porém, depois de sentido o efeito directo deste conjunto de aumentos – e se as subidas mensais forem idênticas às ocorridas no ano passado em termos médios –, a inflação ficará seguramente nos dois pontos percentuais em Dezembro de 2000, tal como se encontra previsto no Orçamento de Estado.

«O efeito de incerteza do aumento dos combustíveis já é conhecido e não colocou em causa a tendência para a redução da inflação», acrescentou o secretário de Estado da equipa de Pina Moura. O secretário de Estado do Orçamento sublinhou que Portugal mantém a convergência da sua taxa de inflação para a média dos países da União Europeia, já que possui taxas que estão abaixo das verificadas em vários outros Estados-membros.

Face a estes números referentes a Abril – e, portanto, já posteriores à subida de preços provocada pelo aumento dos combustíveis – reforça-se a posição defendida pelo primeiro-ministro, António Guterres, de não se proceder a um aumento intercalar dos salários da Administração Pública. Caso essa iniciativa fosse tomada, como lembrou António Guterres em entrevista recente à RTP, essa medida acabaria por provocar uma espiral inflacionista no país, o que seria péssimo para a economia nacional e que impediria o País de continuar no processo de convergência com os restantes países da União Europeia.

Nova lei eleitoral para a Assembleia da República

Responsabilizar os deputados para combater a abstenção

O Governo vai apresentar uma proposta de revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República até ao final de Junho. Esta importante medida foi anunciada na terça-feira pelo ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, Alberto Martins. Segundo o dirigente socialista, com a nova proposta de lei não será colocada em causa a proporcionalidade, embora se criem 99 círculos uninominais em território continental. Estes círculos uninominais servirão para aproximar os deputados dos cidadãos, personalizando os seus mandatos e responsabilizando-os no desempenho das funções parlamentares perante os seus eleitores.

Política

Concedidos incentivos ao fim dos contratos a termo Governo combate precariedade no mundo do trabalho



O Governo vai pagar incentivos às empresas que transformem os contratos a prazo em contratos sem termo, aumentando a estabilidade ao nível do emprego. Esta importante medida faz parte do Plano Nacional de Emprego e foi anunciada segunda-feira pelo ministro do Trabalho e a Solidariedade, Eduardo Ferro Rodrigues, numa conferência de imprensa em que também esteve presente o seu secretário de Estado, o camarada Paulo Pedrosa.

Sociedade & País

Homenagem a Palma Inácio O último herói romântico condecorado com a Ordem da Liberdade



«O último herói romântico», como lhe chamou a poetisa Natália Correia, teve no dia 13 a merecida homenagem, organizada pela Câmara de Lisboa e Biblioteca-Museu República e Resistência. Palma Inácio, 78 anos, militante socialista, uma vida dedicada à luta contra o fascismo, descrito por outro resistente antifascista, o vice-presidente da Assembleia da República, camarada Manuel Alegre, como «figura lendária da luta pela liberdade», foi condecorado no dia 13 com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.



Emprego mais seguro

Ao longo dos quatro anos da última legislatura a economia portuguesa cresceu sempre acima da média da União Europeia (UE) em pelo menos um ponto percentual: as melhores taxas de juro para as empresas baixaram de valores de dois dígitos para cerca de 5 por cento; e as taxas do crédito à habitação para as famílias baixaram de 12,5 por cento para os 5,1 por cento entre 1996 e 1998; o investimento aumentou, no mesmo período, cerca de 30 por cento, isto é, três vezes mais do que a média europeia; o desemprego, baixando há mais de 40 meses consecutivos, atingiu o valor mais baixo da década; a economia portuguesa criou mais de 250 mil novos postos de trabalho, com uma taxa de crescimento três vezes maior que a média da UE.

Os sucessos alcançados foram muito significativos, mas não devem levar a ignorar o longo caminho que ainda nos falta percorrer. Garantir a Portugal e aos portugueses padrões de vida semelhantes aos da União Europeia é desígnio deste Governo.

No entanto, para a concretização deste desígnio há que vencer o atraso qualitativo estrutural que ainda nos separa dos países mais desenvolvidos da UE, nomeadamente quanto aos níveis de produtividade e de qualificação profissional.

Nos últimos quatro anos os portugueses ganharam consciência da dimensão do seu atraso educativo e de qualificação profissional. É o resultado acumulado de gerações de desinvestimento na educação e uma das marcas mais negras do regime que dominou Portugal durante décadas.

Na última legislatura foram tomadas medidas que permitiram iniciar a inversão desta tendência, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Melhor emprego exige portugueses mais bem preparados. O emprego é, pois, o eixo central da política económica: emprego mais qualificado, melhor remunerado, mais sustentado.

Neste sentido apontam, também, os resultados obtidos na Cimeira de Lisboa sobre Emprego, onde ficou bem patente a necessidade de aumentar o investimento *per capita* em recursos humanos e de se estabelecer parcerias entre escolas, centros de aprendizagem, centros de investigação e empresas, com o objectivo de aumentar a taxa de emprego para o mais próximo possível dos 70 por cento em 2010.

Por este casamento entre emprego mais qualificado e uma permanente formação profissional passam também os incentivos à estabilidade ao nível do emprego.

O ministro Ferro Rodrigues apresentou, no início desta semana, o novo plano do Governo sobre esta matéria. Paralelamente ao forte investimento que se tem vindo a fazer na área da formação profissional dos trabalhadores, há que garantir, simultaneamente, a estabilidade dos empregos.

Esta importante medida, que se insere no Plano Nacional de Emprego definido para o corrente ano, cria incentivos às empresas que transformem os contratos a prazo em contratos sem termo, aumentando assim a tão ambicionada estabilidade ao nível do emprego.



INICIATIVA INDIVIDUAL JAMAIAS ASSEGUROU DESENVOLVIMENTO BEM SUCEDIDO

No canto superior direito (orelha) da primeira página da edição de 20 de Maio de 1982 do «AS» lia-se: UGT exige a demissão de Ângelo Correia.

Na página 15, dedicada ao trabalho e sindicalismo, vinha o desenvolvimento da notícia, onde se dava conta de um comunicado da UGT exigindo a demissão do então ministro da Administração Interna do Governo da AD, Ângelo Correia, na sequência da sua desastrosa actuação aquando dos acontecimentos registados durante a greve geral realizada pela CGTP. Muitos anos mais tarde, recorde-se, outro ministro da Administração Interna, também do PSD, em pleno consulado cavaquista, ultrapassaria Ângelo Correia na forma desastrosa de gerir crises.

Esse ministro chama-se Dias Loureiro e foi o responsável pela maior onda de violência policial registada no pós-25 de Abril. A carga policial na Ponte sobre o Tejo e na Marinha Grande, que pôs esta cidade a ferro-e-fogo são alguns exemplos da política de segurança no tempo de Cavaco. Quem não se lembra? J. C. B.

20 de Maio

Quem Disse?

«A iniciativa individual, por si só, e o mero jogo da concorrência jamais puderam assegurar desenvolvimento bem sucedido»

João Paulo II



Retroactivo a Janeiro: Portugal e Brasil assinam acordo de dupla tributação

O novo acordo de dupla tributação entre Portugal e o Brasil, que Pina Moura assinou terça-feira, em Brasília, terá efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2000, disse, no passado dia 12, Carlos Lobo.

O chefe da equipa que elaborou a convenção e adjunto do ministro das Finanças para as questões fiscais adiantou que a retroactividade do acordo vai permitir «salvaguardar os interesses das empresas» dos dois países.

É que depois da denúncia unilateral, por parte do Brasil, do anterior acordo, com efeitos a partir de Janeiro de 2000, as empresas de ambos os países poderiam ver substancialmente agravada a tributação na transferência de juros, dividendos e royalties.

Carlos Lobo confirmou ainda que as zonas francas da Madeira e de Santa Maria, bem como as congéneres brasileiras ficam fora do acordo.

A «fuga» de empresas brasileiras para o *off-shore* da Madeira, que estaria a prejudicar as receitas fiscais brasileiras foi o principal argumento utilizado pelo secretário de Estado brasileiro da Receita Federal para denunciar unilateralmente o acordo existente, datado de 1971.

O acordo para o fim da dupla tributação terá agora de ser ratificado pelos parlamentos dos dois países, depois de ter sido assinado pelo ministro das Finanças e pelo seu homólogo brasileiro.

O acordo foi rubricado pelos dois responsáveis na terça-feira, dia 16, em Brasília, durante a visita de Pina Moura ao Brasil, Argentina e Chile enquadrada no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia.

Todos os semestres, a presidência em exercício da União Europeia escolhe um país ou região a visitar em nome dos ministros das Finanças dos Quinze.

Zimbabwe: José Lello garante apoio a comunidade portuguesa

O secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Lello, visitou, no dia 14 o Zimbabwe, para avaliar, entre outros assuntos, a aplicação do plano de contingência civil de evacuação de portugueses naquele país.

Lello, que chegou no domingo a Harare, referiu que discutiu, em Londres, com o Foreign Office, questões relativas ao Zimbabwe para Portugal e a Grã-Bretanha.

«O Governo britânico mostrou grande interesse na minha visita ao Zimbabwe, porque ocorre numa altura difícil e complicada, a deslocação de um membro do Governo português, que permitirá dar uma visibilidade forte em relação à situação dos cidadãos europeus que vivem naquele país», explicou José Lello.

«Vou, em primeiro lugar, encontrar-me com portugueses com quem vou jantar no domingo

para lhes afirmar que o Governo português está com eles neste momento de grande apreensão e dificuldade e avaliar os aspectos que estão consignados num plano de contingência civil que foi desenvolvida para permitir a evacuação dos portugueses se a situação se degradar a ponto disso ser necessário», sublinhou, aquando da sua chegada ao Zimbabwe.

Depois de visitar herdades de portugueses e contactar vários políticos do Zimbabué, o governante regressa hoje a Lisboa.

O secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Lello, esteve cinco dias no Reino Unido, visitando primeiro as ilhas de Jersey e Guernsey, e em seguida Londres, afim de se encontrar com as comunidades portuguesas lá radicadas.

Droga: «Agarrar a Noite Sem Perder a Vida»

«Agarrar a Noite Sem Perder a Vida» é a mensagem da Campanha Nacional de Prevenção da Droga em espaços lúdicos nocturnos, promovida pelo Projecto Vida, que arranca hoje simultaneamente em oito distritos e decorre até sábado, dia 20.

Destinada a sensibilizar e informar os jovens sobre os malefícios do abuso de drogas lícitas (designadamente o álcool) e ilícitas, bem como sobre a mistura entre elas, situação frequentemente associada aos divertimentos nocturnos, como discotecas e *rave parties*, a campanha tem o seu arranque nacional na metrópole alfacinha, contando com a participação de várias individualidades.

Nas três noites da campanha, cerca de 160 jovens, apoiados por viaturas e envengando camisolas com os dizeres «1414 - Agarrar a Noite Sem Perder a Vida», vão percorrer as

zonas de divertimentos nocturnos de Lisboa, Porto, Braga, Viseu, Castelo Branco, Coimbra, Santarém e Faro, distribuindo um *kit* de sobrevivência pelos jovens.

Seleccionado por uma equipa de técnicos ligados ao Projecto Vida, o *kit* é composto por uma brochura informativa sobre os cuidados a seguir no uso das drogas - nomeadamente as sintéticas (entre elas o *ecstasy*), e a sua mistura com o álcool -, tampões para os ouvidos, pastilhas elásticas, bilhetes para os transportes no distrito e um cartão telefónico da Portugal Telecom com dez impulsos, que numa das faces tem indicações sobre o número 1414 - Linha Vida/SOS Drogas.

Paralelamente, arranca uma campanha publicitária nacional de prevenção e informação sobre drogas, com spots televisivos e *outdoors*.

RESPONSABILIZAR OS DEPUTADOS PARA COMBATER A ABSTENÇÃO

O Governo vai apresentar uma proposta de revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República até ao final de Junho. Esta importante medida foi anunciada na terça-feira pelo ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, Alberto Martins. Segundo o dirigente socialista, com a nova proposta de lei não será colocada em causa a proporcionalidade, embora se criem 99 círculos uninominais em território continental. Estes círculos uninominais servirão para aproximar os deputados dos cidadãos, personalizando os seus mandatos e responsabilizando - os no desempenho das funções parlamentares perante os seus eleitores. Um dos motivos que explica a urgência desta reforma, segundo o ministro da Reforma do Estado, tem a ver directamente com o crescimento contínuo da abstenção em todos os actos eleitorais. Mais de três milhões de eleitores inscritos não exercem o seu direito de voto.

A proposta de lei eleitoral para a Assembleia da República, como salientou o ministro da Reforma do Estado, continua a conservar os actuais 230 deputados, não aceitando a demagogia feita pelo PSD de uma hipotética necessidade de redução. De acordo com Alberto Martins, em termos de proporção entre número de eleitores e deputados a eleger, Portugal está perfeitamente dentro dos padrões europeus. De acordo com o diploma do Governo, que requer uma aprovação de dois terços dos votos na Assembleia da República, são criados 99 círculos uninominais (em que vence o candidato com maior número de votos), e círculos distritais e um nacional, que terão como finalidade corrigir todas as distorções ao princípio da proporcionalidade derivadas directamente do conjunto de votações uninominais.

«Consolidado o sistema de partidos, mas confrontados com números preocupantes em relação à abstenção e à imagem da Assembleia da República, julgamos ter chegado o momento de introduzir alguns aperfeiçoamentos na lei eleitoral para o Parlamento, sem pôr em causa o método de Hondt e os objectivos essenciais do sistema», lê-se na introdução de um estudo encomendado pelo Governo ao Instituto Superior de Economia e Gestão de Informação (ISEGI), que divide o território nacional em 99 círculos uninominais. No capítulo escrito pelo gabinete do ministro Alberto Martins, lembra-se também que o Programa do Governo «refere-se impressivamente à necessidade de



aproximação entre eleitos e eleitores, através da introdução de circunscrições uninominais de candidatura, sem diminuição da proporcionalidade do sistema».

«Nesse sentido, importa, sobretudo, introduzir aperfeiçoamentos e não tanto avançar com transformações radicais do sistema político e constitucional», adverte-se ainda, antes de se frisar que mudanças radicais só ocorrem «em situações de crise profunda, implicando uma ruptura no pacto constitucional estabelecido pelos fundadores do regime».

Reforma gradualista e consensual

Longe de pretender provocar qualquer ruptura, como destaca o documento do Governo, com a proposta de lei eleitoral para a Assembleia da República deseja-se «aprofundar as condições de exercício democrático numa lógica de consenso e de gradualismo. Esta é precisamente uma das questões em que o autoritarismo das ideias feitas de voluntarismos isolados podem ter efeitos negativos para as regras que fundam o jogo democrático». A este propósito, o ministro da Reforma do Estado recordou que os sistemas eleitorais

assentam no equilíbrio de três eixos: governabilidade, proporcionalidade e representação. No caso português, não estamos perante qualquer crise de governamentalidade, porque temos maiorias absolutas (ou estáveis) de um só partido desde 1987. No actual sistema, também não existem grandes distorções à proporcionalidade. Apesar da dimensão de alguns círculos e do método de Hondt, Portugal tinha em 1995 um índice de proporcionalidade de 92,6 por cento.

No caso nacional, como lembrou o ministro Alberto Martins, «o que temos são sinais que indiciam problemas de representatividade e de legitimidade da instituição parlamentar, que se traduzem num aumento da abstenção». Os níveis de abstenção passaram de 32,8 por cento nas eleições legislativas de 1995 para 38,2 por cento no acto eleitoral de 1999. Por outras palavras, em 10 de Outubro de 1999, mais 3,3 milhões de eleitores inscritos não exerceram o seu direito de voto. Face a esta realidade, o Governo entende que essa tendência tem de ser rapidamente «corrigida, assegurando mais personalização e responsabilização na atribuição dos mandatos parlamentares. A verdade é que, hoje, nas eleições legislativas, os eleitores não conhecem os

candidatos do seu círculo, mas apenas os candidatos a primeiro-ministro», invoca ainda o gabinete de Alberto Martins. Pelo contrário, ainda de acordo com esta teoria, «nas eleições autárquicas, onde essa personalização e responsabilização é maior, são as únicas em que a taxa de abstenção tem estabilizado». Em suma, a criação de círculos uninominais e do duplo voto, num contexto de proporcionalidade, pode ser um instrumento decisivo de combate ao défice de participação eleitoral.

Corrigidas as distorções dos uninominais

Pelos estudos que irão dar origem à divisão do território continental em círculos uninominais, conclui-se que não haverá impacto na representatividade dos partidos, na medida em que esta é apenas determinada pela votação a nível parcial. Se o sistema proposto pelo Governo já estivesse em vigor nas eleições legislativas de 1999, o PS e o CDS-PP perderiam um deputado, enquanto que o PSD ganharia dois.

Essa diferença mínima dever-se-ia, por um lado, à não coincidência entre os círculos parciais e os distritos (no caso do agrupamento de Évora/Beja/Portalegre e Bragança/Vila Real) e, por outro lado, à introdução de um círculo nacional de 35 deputados.

Importará ainda registar que, tanto a CDU, como o Bloco de Esquerda, neste cenário, ficariam exactamente com o actual nível de representação parlamentar, respectivamente, 17 e dois mandatos. As eventuais perdas da CDU em Lisboa, Setúbal e Braga seriam compensadas com os três deputados eleitos pelo círculo nacional.

Por vezes, como os comunistas por vezes acusam, pretende-se confundir círculos uninominais com bipartidarismo. Mas o Governo tem resposta para esta falsa queixa. Na verdade, em Portugal, o bipartidarismo verifica-se desde 1987, com a concentração do voto em cerca de 80 por cento dos eleitores em dois partidos. É certo que, pelos estudos do ISEGI, apenas o PS e o PSD elegem deputados nos círculos uninominais, conseguindo os restantes partidos representação parlamentar através dos círculos parciais e do círculo nacional. No entanto, isso não significa que os restantes partidos não tenham qualquer hipótese futura de eleger também ao nível dos círculos uninominais. Por exemplo, ao PCR, tanto em Setúbal, como no Alentejo é o segundo maior partido, estando em condições de competir com o PS. Por outro lado, ainda com base nas eleições autárquicas, há a salientar a existência de três círculos uninominais onde o CDS-PP, partido com um eleitorado disperso, é a segunda formação política mais votada.

TRABALHO

Concedidos incentivos ao fim dos contratos a termo

GOVERNO COMBATE PRECARIEDADE LABORAL

O Governo vai pagar incentivos às empresas que transformem os contratos a prazo em contratos sem termo, aumentando a estabilidade ao nível do emprego. Esta importante medida faz parte do Plano Nacional de Emprego e foi anunciada segunda-feira pelo ministro do Trabalho e a Solidariedade, Eduardo Ferro Rodrigues, numa conferência de imprensa em que também esteve presente o seu secretário de Estado, o camarada Paulo Pedrosa. Outros objectivos do plano passam pela manutenção do número de 16.500 estágios profissionais por ano, assim como pelo crescimento de 20 por cento de jovens a frequentar o sistema de aprendizagem.



pelo Estado para a «contratação sem termo de candidatos ao primeiro posto de trabalho». Na prática, as empresas que passaram um contratado a prazo para o quadro beneficiarão de um ano de isenção da contribuição patronal respectiva ao trabalhador em causa, ou de um subsídio a fundo perdido no valor de seis meses de ordenado mínimo nacional (que é actualmente de 63.800 escudos).

Além desta novidade, Eduardo Ferro Rodrigues garantiu que o próximo Plano Nacional de Emprego já incorporará as directrizes saídas da Cimeira Extraordinária do Conselho da União Europeia sobre emprego e economia, que decorreu em Lisboa. As conclusões a integrar dirão

respeito, designadamente, às novas tecnologias. «O Plano Nacional de Emprego aproveitou os trabalhos preparatórios feitos para a cimeira de Lisboa», afirmou o ministro do Trabalho e da Solidariedade. Desta forma, será criado «um diploma de competências básicas em tecnologias de informação e comunicação. Esta medida será acompanhada pela «obrigatoriedade de se introduzirem conteúdos nestes domínios em 50 por cento das acções de formação contínua, pelo lançamento de acções de formação de curta duração para adultos, visando prioritariamente os domínios da literacia tecnológica e por apoios à criação de empregos nos serviços ligados às tecnologias de informação e comunicação».

Os objectivos para o Plano Nacional de Emprego de 2000, que vai vigorar entre Julho deste ano e Junho de 2001, compreendem a manutenção do número de 16.500 estagiários profissionais por ano, assim como o crescimento de 20 por cento de jovens a frequentar o sistema de aprendizagem, aumentando o número de pessoas abrangidas para cerca de 26 mil. Outras metas são aumentar para 40 por cento da percentagem de alunos do ensino secundário a frequentar cursos de cariz profissionalizante e também por assegurar, até ao fim do ano, o acesso de pelo menos de 45 mil beneficiários do rendimento mínimo garantido a uma medida activa de emprego.

Com este plano, o ministro do Trabalho e da Solidariedade considera ser possível

cumprir o «compromisso de manter a taxa de emprego acima dos 70 por cento e a taxa de desemprego abaixo dos cinco por cento». Os valores orçamentados para este ano, «em termos de políticas activas de emprego e de promoção da qualificação dos recursos humanos, situam-se em torno dos 230 milhões de contos», revelou igualmente Ferro Rodrigues.

Entretanto, o número de pessoas abrangidas pelos programas especiais do Plano Nacional de Emprego foi de 209.208 pessoas ao longo do ano passado, mais 20,21 por cento do que em 1998, esclareceu o Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Relativamente a 1997, primeiro ano do Plano Nacional de Emprego, o acréscimo foi de 39,05 por cento. A formação para desempregados totalizou 37.232 acções de formação no ano passado, o que representa um acréscimo de 39 por cento face a 1998 e de 73 por cento face aos números de 1997. No que respeita ao programa «Jovens em Formação», o crescimento de 1998 para 1999 foi da ordem dos 14 por cento, estando abrangidos cerca de 133.772 formandos. A evolução face a 1997 foi de 22 por cento. Por outro lado, no programa «Sistema de Aprendizagem», foram abrangidos 21669 indivíduos em 1999, o que representa um incremento de 31 por cento face a 1998 e de 67 por cento relativamente a 1997. Nos estágios profissionais, ainda de acordo com os dados do Governo, participaram 16.607 pessoas, um aumento de 22 por cento face ao ano anterior e de 177 por cento relativamente a 1997.

SAÚDE

Ministra fala das prioridades europeias

LUTA CONTRA O TABAGISMO E EXCLUSÃO SOCIAL

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, elegeu segunda-feira entre as prioridades das políticas europeias de saúde a luta antitabaco, o combate à pobreza e à exclusão e o reforço da cooperação entre a União Europeia e a Organização Mundial de Saúde (OMS). Manuela Arcanjo foi a primeira oradora da sessão plenária da 53ª Assembleia Mundial da Saúde, que termina no próximo dia 20.

De acordo com a ministra Manuela Arcanjo, dada a importância do tabagismo «como determinante negativo da saúde e o nível de prioridade que

sempre lhe foi concedido pela União Europeia», a presidência portuguesa centrará os seus trabalhos na análise da proposta de reformulação das directivas relativas à contagem dos produtos do tabaco e ao teor máximo do alcatrão dos cigarros. Esta proposta abrangerá o conjunto das disposições em matéria de fabrico, apresentação e venda dos produtos do tabaco.

Quanto ao papel da saúde pública no combate à pobreza e à exclusão, Manuel Arcanjo sublinhou que, actualmente, a comunidade internacional está consciente de que uma população saudável é a condição essencial para poder garantir um crescimento sustentável e a redução da pobreza. Na opinião da ministra, já não são suficientes nem uma abordagem estritamente baseada num ponto de vista

dos avanços da medicina, nem uma perspectiva exclusivamente económica, ambas apenas orientadas para a protecção de determinados grupos sociais. Ao nível da União Europeia, o principal desafio é o alargamento que exige repensar e redefinir uma estratégia clara e coerente para a saúde no futuro. «Atendendo aos problemas globais em matéria de saúde, é mais importante do que nunca que a União Europeia e a Organização Mundial de Saúde cooperem e coordenem os seus esforços», defendeu ainda Manuela Arcanjo.

Inaugurando a sessão da assembleia, a directora-geral da Organização Mundial de Saúde, Gro Brundtland, abordou os três assuntos de carácter técnico mais importantes nesta reunião: a continuação da preparação de uma convenção-quadro

antitabaco, a estratégia de produção e venda de medicamentos, o caso do acesso das populações mais desfavorecidas aos medicamentos base contra a SIDA. A responsável falou ainda das actividades desenvolvidas nos últimos 12 meses pela OMS, assim como nos programas previstos para o início deste milénio.

Já ao final da noite, a ministra Manuela Arcanjo ofereceu um jantar aos seus homólogos dos governos do Brasil e dos países africanos de expressão portuguesa. Além da ministra Manuela Arcanjo, a delegação portuguesa foi composta pelo secretário de Estado José Boquinhas, e pelo embaixador Álvaro Mendonça e Moura, representante permanente de Portugal junto das organizações internacionais sediadas em Genebra.

QUARTA FASE DE REPRIVATIZAÇÃO EM MARCHA

O Conselho de Ministros deu carta branca, no passado dia 12, a um decreto-lei que aprova a quarta fase do processo de reprivatização do capital social da EDP – Electricidade de Portugal, SA.

O duplo objectivo visado com a primeira fase do processo de reprivatização do capital social da EDP (decreto-lei n.º 78-A/97, de 7 de Abril) consistia, por um lado, em reunir uma ampla base accionista de investidores nacionais e, por outro, em promover a internacionalização da sociedade e afirmar a presença do País e das suas empresas nos mercados internacionais de capitais.

Alcançados satisfatoriamente estes dois propósitos, a segunda fase de reprivatização da sociedade (decreto-lei n.º 315/97, de 19 de Novembro) veio consagrar um processo de selecção de accionistas de referência por meio de uma venda directa, que culminou com a escolha da Iberdrola para parceiro estratégico da EDP, dando lugar ao cruzamento de participações entre as duas sociedades, com a correspondente designação recíproca de um administrador nos respectivos órgãos de administração.

Na terceira fase do processo de reprivatização (decreto-lei n.º 94-C/98, de 17 de Abril) optou-se por uma estrutura idêntica à utilizada na primeira fase, isto é,



uma oferta pública de venda (OPV) interna e uma venda directa com subsequente colocação das acções em investidores institucionais em Portugal e no estrangeiro.

Com a conclusão das segunda e terceira fases viria a ficar reprivatizada uma percentagem de cerca de 49 por cento do capital da EDP.

Este diploma aprova uma quarta fase de alienação (20 por cento do capital da sociedade) em consequência da qual o Estado perderá a maioria no capital, seguindo-se o modelo de venda já anteriormente experimentado com sucesso nas primeira e terceira fases, ou seja, uma OPV em Portugal e uma venda directa a instituições financeiras com dispersão subsequente das acções por investidores institucionais, mediante resoluções específicas do Conselho de Ministros.

Assim, esta quarta fase observará os seguintes parâmetros:

- Das acções destinadas à OPV será reservado um lote, para aquisição por trabalhadores da EDP, pequenos subscritores e emigrantes;
- Serão oferecidas ao público em geral as acções objecto da oferta pública de venda não abrangidas pela reserva referida bem como as acções eventualmente não colocadas no âmbito da mesma;
- As acções que não forem destinadas à OPV, bem como aquelas que eventualmente não sejam colocadas no âmbito dessa oferta, serão objecto de venda directa a um conjunto de instituições financeiras, portuguesas e estrangeiras, que ficam obrigadas a proceder à sua subsequente dispersão, devendo uma parte dessas acções ser colocada em mercados internacionais.

APROVADO REGIME JURÍDICO DE PAGAMENTO DE PRÉMIOS

O Executivo socialista deu luz verde, no dia 12, ao decreto-lei que estabelece o regime jurídico do pagamento dos prémios de seguro.

Este diploma visa prevenir a multiplicidade de litígios judiciais para cobrança de prémios de seguro, que no ano de 1999, só na Comarca de Lisboa, excederam os 50 mil. Altera-se o regime do pagamento dos prémios dos contratos de seguro, por forma a disciplinar com mais rigor as obrigações dos tomadores de seguros, bem como a actividade das seguradoras, proibidas de aceitar contratos nos casos em que estejam em dívida quantias por contrato de seguro sobre o mesmo risco.

Assim, passa a dispor-se, como regra, que os contratos de seguro só produzem efeitos a partir do pagamento do prémio ou fracção iniciais, com o que se acautela a eventualidade de as seguradoras poderem ser obrigadas à cobertura de riscos sem que



tais importâncias estejam pagas e as dispensa de accionarem o mecanismo de anulação dos contratos e de recorrerem a

juízo para obterem o pagamento dos prémios em dívida. Quanto aos prémios ou fracções

subsequentes, reforça-se a obrigatoriedade de expedição de aviso pelas seguradoras aos seus segurados com 30 dias de antecedência, com indicação da data limite para o pagamento e da advertência de resolução automática do contrato se o pagamento não tiver lugar, encurtando-se para 30 dias (anteriormente eram 60 dias) o prazo estabelecido para esse pagamento, período durante o qual o contrato se conserva em vigor.

O diploma estipula ainda que nenhuma seguradora, mesmo nos casos de seguros obrigatórios, poderá aceitar um contrato se o risco que se pretende segurar já esteve coberto, total ou parcialmente, por contrato de seguro relativamente ao qual existam quaisquer quantias em dívida.

Para tanto, fica incumbido o Instituto de Seguros de Portugal de estabelecer os mecanismos de identificação dos devedores e sua comunicação às seguradoras.

PELO PAÍS

Governança Aberta

AMBIENTE

O ministro do Ambiente, José Sócrates, garantiu sexta-feira, no Parlamento, que o Programa Polis, de recuperação urbana de 18 cidades do País, não falhará por falta de controlo democrático.



Numa sessão de perguntas ao Governo, e ao responder a uma questão colocada pelo deputado do Bloco de Esquerda Luís Fazenda, Sócrates reiterou que a experiência da Parque Expo em termos de requalificação urbana não poderia deixar de ser aproveitada na execução do Programa Polis.

«Não há empresa que, em Portugal, tenha o prestígio e a experiência da Parque Expo em termos de requalificação urbana», acentuou o ministro do Ambiente e Ordenamento do Território.

José Sócrates lamentou que o PSD tenha abandonado a doutrina de criar uma empresa para gerir projectos de requalificação urbana, como aconteceu com a Expo'98.

O ministro adiantou também que a Parque Expo apenas será chamada a exercer os poderes dos accionistas de algumas das empresas criadas para proceder à requalificação urbanística das cidades abrangidas pelo Programa Polis.

Sócrates lembrou, por outro lado, que «os poderes excepcionais que essas empresas (gestoras da execução do Programa Polis) terão serão aqueles que a Assembleia da República lhes der», uma vez que o Governo enviará uma proposta de lei sobre a matéria ao Parlamento. Garantiu igualmente que «serão as Assembleias Municipais que aprovarão os planos estratégicos e os planos de pormenor».

CULTURA

O Programa Rede Nacional de Teatros e Cine-Teatros, que visa a recuperação ou construção de recintos culturais em todas as capitais de distrito, estará concluído até ao final de 2001, anunciou, no dia 12, em Viana do Castelo, o ministro da Cultura. Manuel Maria Carrilho acrescentou que este programa envolve um investimento de 16 milhões de contos, numa parceria entre aquele ministério e as câmaras municipais de 21 localidades, e com o apoio

mecenático da Tabaqueira SA, no valor de um milhão e meio de contos.

«Esta rede, lançada em Abril de 1998, traduz-se num esforço enorme de dotar o País de bons equipamentos, suprimindo assim as grandes carências que havia neste domínio», frisou.



O governante disse ainda que, no âmbito do terceiro Quadro Comunitário de Apoio, haverá também financiamentos para os espaços municipais de indole cultural de todo o País que queiram lançar-se.

Manuel Maria Carrilho falava em Viana do Castelo, onde presidiu à reabertura do Teatro Municipal Sá de Miranda, a primeira intervenção concluída ao abrigo da Rede Nacional de Teatros e Cine-Teatros.

DESPORTO

O ministro da Administração Interna e responsável pela pasta do Desporto, Fernando Gomes, assistiu, no dia 15, em Espinho, à entrega dos troféus «Público», destinados a galardoar os futebolistas em evidência ao longo da época.



Estes galardões, uma iniciativa que já vai na nona edição, visam premiar, através de um sistema de pontuações semanalmente atribuídas pelos jornalistas do «Público», os jogadores da primeira liga que mais se destacaram em cada posição.

As pontuações conferidas semanalmente pelos jornalistas vão dando origem à formação de duas selecções – uma de jogadores portugueses e outra de estrangeiros – que são a base para a atribuição dos troféus.

Para além dos 22 eleitos, foi ainda distinguido como «o melhor jogador da época» o goleador do FCP Mário Jardel, que acumulou a maior pontuação absoluta, inscrevendo o seu nome junto dos de Vítor Baía, Fernando Couto, João Pinto, Luís Figo, Domingos, Jardel e Sérgio Conceição.

EDUCAÇÃO

O ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, considerou desnecessárias as manifestações dos estudantes do ensino secundário, a decorrer um pouco por todo o País, e garantiu que o ministério tem resposta para todas as questões dos alunos.



À entrada para o II congresso do ensino profissional, que decorreu, quinta-feira, dia 11, no Estoril, Oliveira Martins anunciou a criação de um grupo de acompanhamento, justificado pela necessidade de «haver melhor informação».

O governante considera que os estudantes têm falta de informação, facto «constatado não só pelo ministério, mas também pelas associações de estudantes».

O método adoptado pelo Ministério da Educação relativamente à revisão curricular do ensino secundário, que Oliveira Martins insistiu que não se trata de uma reforma, é o de «gradualismo».

O ministro sublinhou que «a revisão curricular do ensino secundário, sublinha irá ser aplicada gradualmente até 2003 ou 2004», acrescentando que «os alunos do 12º ano apenas terão a aplicação desta revisão em 2003».

Para o ministro, todas as questões colocadas pelos alunos vão ao encontro do que o próprio Ministério da Educação defende, nomeadamente programas menos extensos e melhor orientação.

MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

O secretário de Estado da Modernização Agrícola, Luís Vieira, disse, no dia 11, em

Óbidos, que «as candidaturas para o terceiro Quadro Comunitário de Apoio vão ser abertas no início do mês de Julho».

A garantia do membro do Governo surgiu no encerramento de um seminário onde se pretendeu debater «os novos apoios e incentivos para os jovens agricultores entre 2000/2006».

Luís Vieira aproveitou a ocasião para esclarecer os jovens agricultores e dizer que o Ministério da Agricultura vai apostar, «a partir da segunda quinzena de Junho, numa ampla divulgação dos novos apoios através de brochuras, seminários, televisão e rádios locais para que as candidaturas se façam com o máximo de esclarecimento».

O governante disse que as prioridades da política agrícola nacional são os sectores «da água, floresta, produtos mediterrâneos, segurança alimentar e desenvolvimento rural».

Para o sector da floresta, Luís Vieira anunciou que «vai triplicar o investimento nesta, passando a ser de 180 milhões de contos».

Os novos apoios à agricultura familiar e o aumento do valor do prémio à instalação de três mil contos para quatro mil a fundo perdido foram outros temas abordados pelo secretário de Estado.

PLANEAMENTO

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, reafirmou, no dia 12, em Viana do Castelo, que o terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA) constitui a última grande oportunidade para resolver os problemas estruturais do País.



«Temos que saber encontrar projectos com qualidade, que contribuam para o desenvolvimento efectivo do País, porque um QCA igual a este de certeza que não vamos ter no futuro», frisou Elisa Ferreira.

A governante falava à margem de uma reunião com os presidentes de Câmara do distrito de Viana do Castelo, para apreciação e discussão dos projectos a desenvolver no âmbito da Acção Integrada de Base Territorial para o Desenvolvimento do Minho/Lima.

Este programa disponibiliza cerca de seis milhões de contos para o Alto Minho.

PELO PAÍS

Governança Aberta

Elisa Ferreira disse que «esta é apenas uma das fatias do financiamento», e acrescentou: «já não é a altura de se estar a discutir dinheiro, mas sim o que se fez e o que se vai fazer com ele».

«Estar a discutir dinheiro sem uma relação directa com a qualidade dos projectos é profundamente errado», frisou a governante, apelando uma vez mais à elaboração de projectos de qualidade, direccionados para a resolução dos problemas estruturais do País.

PORTOS

O secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, Narciso Miranda, reafirmou sexta-feira, em Gondomar, «a aposta do Governo em tornar o Douro numa auto-estrada fluvial».



O governante defendeu a «posta no rio como um instrumento de desenvolvimento das zonas ribeirinhas», o que exige a «intensificação da ligação e identificação das populações com o rio».

O secretário de Estado falava no final de uma visita ao concelho de Gondomar, durante a qual procedeu à inauguração de quatro infra-estruturas fluviais para embarcações de recreio executadas pelo Instituto de Navegabilidade do Douro (IND). Narciso Miranda inaugurou, em conjunto com o presidente da Câmara de Gondomar, quatro plataformas flutuantes para embarcações de recreio situadas em Melres, Santiago, Lomba e Pé de Moura.

A plataforma de Melres é a mais importante das quatro, uma vez que dispõe também de estruturas para embarcações comerciais para transporte de passageiros. As obras, que envolveram um investimento da ordem dos 56 500 contos, fazem parte do conjunto de investimentos em infra-estruturas fluviais previstas para o Douro, que ascendem a nove milhões de contos. Este montante inclui os quatro milhões previstos para a construção dos molhes da foz do Douro, e outro tanto a aplicar na desobstrução do leito do rio na zona de Barca d'Alva de forma a garantir um canal permanentemente navegável.

O lançamento destas obras será efectuado ainda este ano, devendo todo o conjunto estar concluído dentro de três anos.

REFORMA DO ESTADO

O ministro da Reforma do Estado e Administração Pública disse, no dia 13, na Póvoa de Varzim, que os projectos-lei das reformas do sistema eleitoral e autárquico vão ser apresentadas até Junho.

Alberto Martins considerou que «os recentes conflitos sociais ressentem necessárias reformas que estão a ser incrementadas e que vão ser apresentadas brevemente».



Para o governante, «a reforma do sistema político nas autarquias, que visa dar mais homogeneidade às autarquias e permitir transparência e conflito autárquico democrático, é o primeiro passo».

De acordo com o ministro, «a curto prazo vai ser também proposta a alteração da forma de eleição dos deputados na Assembleia da República, para garantir condições de representatividade consagrando os círculos uninominais», reforma que o Alberto Martins considerou não estar isolada da reforma do Estado.

«No entanto, esta batalha necessita da descentralização democrática», sublinhou o ministro, que acrescentou ser ainda necessária «uma grande requalificação e de inovação da administração pública».

As reformas, que precisam de dois terços para serem aprovadas, serão sujeitas a uma calendarização que vai reger-se pela «necessidade de ser aplicada já nas eleições autárquicas de 2001».

TRABALHO E FORMAÇÃO

O secretário de Estado do Trabalho e Formação reconheceu sexta-feira, no Porto, que Portugal tem um «nível geral de protecção social baixo», mas salientou que é um dos Estados membros da União Europeia (UE) onde houve uma «evolução de peso» nesta área.

«É minha convicção que Portugal vive hoje uma experiência de convergência entre sistemas e de fusão entre experiências que nos faz estar perante os novos riscos numa condição teórica relativamente favorável», sublinhou Paulo Pedrosa, na abertura do seminário «Os Novos Desafios de Protecção Social: a Dependência», que decorreu no âmbito da presidência portuguesa da UE.

«Se soubermos colectivamente enfrentar o problema da sustentabilidade financeira do nosso modelo (de protecção social)» e «continuarmos a desenvolver este modelo de cooperação Estado/instituições de solidariedade de um modo saudável e adequado em direcção a uma generalização dos serviços, temos condições para ter uma experiência pioneira de adaptação a novos riscos», acrescentou.

TURISMO

Os participantes da II Cimeira Mundial de Turismo apelaram, no dia 12, em Vilamoura, ao reforço do peso político do sector de forma a equipará-lo ao seu peso económico.

«O turismo é um dos sectores que mais rendimentos gera à escala mundial», reconheceu o ministro da Economia, Pina Moura, em declarações aos jornalistas,

após a sessão de encerramento da reunião.

O governante destacou igualmente a dimensão cultural e humana do turismo, classificando-o como «indústria de paz».

Referindo-se à Cimeira, Pina Moura disse que «uma das grandes virtudes» é ser capaz de pôr a interagir políticos, homens de negócios e instituições à escala internacional».

O ministro recordou que o encontro se realizou pela segunda vez em Portugal que «é um emblema do Turismo à escala internacional».

Na «Declaração Vilamoura 2000», assinada no final da Cimeira, os participantes no encontro exortaram os agentes do sector para promoverem a importância das viagens e do Turismo junto do poder político, reforçando o seu peso político, de forma a equipará-lo ao peso económico que já detém.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 12 de Maio

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico do pagamento dos prémios de seguro;
- Um decreto-lei que aprova a quarta fase do processo de privatização do capital social da EDP – Electricidade de Portugal, SA;
- Um decreto-lei que comparticipa em determinados períodos do dia o custo das portagens em toda a rede de auto-estradas concedida à Brisa, SA, aplicáveis a veículos de passageiros e mercadorias que integram as classes de três e quatro de portagem e que sejam utentes dos serviços «Via Verde»;
- Um decreto-lei que fixa a nova lei orgânica dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde;
- Uma proposta de lei que suspende a eficácia do decreto-lei que estabelece o regime da urbanização e edificação;
- Um decreto-lei que aplica o Estatuto da Carreira Docente aos educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário do Ministério da Saúde;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 5/2000, de 29 de Janeiro que estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, trasladação e cremação de cadáveres, bem como de alguns desses actos relativos a ossadas, cinzas, fetos mortos e peças anatómicas, e ainda da mudança de localização de um cemitério;
- Um diploma que altera o artigo 3º do decreto-lei n.º 377/98, de 25 de Novembro, que aprova medidas complementares de luta contra a Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE) no domínio da alimentação animal, transpondo para a ordem jurídica interna a legislação comunitária relativa a esta matéria;
- Um decretos-lei que transpõe para a ordem jurídica nacional a directiva 1999/78/CE, da Comissão, de 27 de Julho, que altera a directiva 95/10/CE, da Comissão, de 7 de Abril, que fixa o método de cálculo de valor energético dos alimentos para cães e gatos com objectivos nutricionais específicos;
- Um decreto-lei que fixa o novo regime dos limites máximos de produtos fitofarmacêuticos permitidos nos produtos agrícolas alimentares destinados à alimentação humana ou, ainda que ocasionalmente, à alimentação animal, transpondo para o quadro jurídico nacionais as respectivas leis comunitárias;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor da Zona de Expansão Habitacional da Comporta, no município de Alcácer do Sal;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Urbanização de Silveiras, no município de Montemor-o-Novo;
- Uma resolução que ratifica a alteração ao quadro n.º 6 do regulamento do Plano Director Municipal de Bragança;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano Director Municipal de Moura;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano de Pormenor do Rossio de São Brás, no município de Cuba;
- Uma resolução que exonera, a seu pedido, Elsa Maria Roncon Santos do cargo de vogal do Conselho de Administração da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP;
- Uma resolução que nomeia António José do Amaral Ferreira Lemos para vogal do Conselho de Gerência da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP.

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO DAS FAMÍLIAS

A ministra da Igualdade, Maria de Belém, garantiu, no dia 16, na Assembleia da República, que «o Executivo socialista está empenhado em apoiar as famílias, incluindo as monoparentais, porque são factores de desenvolvimento social mas sem criar qualquer discriminação».

A governante, que participava na audição parlamentar pública sobre Unões de Facto, Famílias Monoparentais e Regime de Economias Comuns, referiu ainda que é importante que as famílias monoparentais sejam bem definidas no âmbito do futuro diploma, para que deste não resultem discriminações em relação às outras.

Referindo-se às unões de facto, numa breve intervenção – que considerou «genérica» – Maria de Belém concordou que «ainda é necessário resolver muitos aspectos, principalmente em relação aos patrimoniais».

Perante a rápida intervenção da ministra, apenas dois deputados colocaram questões, uma sobre a Carta Social Europeia e outra acerca da regulamentação da Lei sobre Unões de Facto.

A ministra da Igualdade explicou que os outros dois membros do Governo cuja participação estava prevista naquela audição – e que eram os ministros da

Justiça e do Trabalho e da Solidariedade – não se deslocaram ao Parlamento por terem outros compromissos, mas ressaltou que esta ausência não deveria ser interpretada como «uma falta de interesse».

Maria de Belém explicou que, depois de uma reunião entre os três na passada segunda-feira, em que foram abordados as Unões de Facto, as Famílias Monoparentais e Regime de Economias Comuns e tendo em conta os compromissos já assumidos, António Costa e do Ferro Rodrigues decidiram fazer-se representar, até porque a pasta da Igualdade é transversal.

Além deste primeiro painel, esta audição incluiu outros com intervenções de magistrados, psicólogos/psiquiatras, professores de Direito, confissões religiosas e entidades/associações.

Esta audição foi feita tendo em vista o debate em plenário dos cinco projectos de lei que prevêem a criação de direitos das Famílias Monoparentais ou Biparentais (Bloco de Esquerda) e de medidas de protecção às pessoas que vivem em união de facto (Partido Ecologista «Os Verdes», Bloco de Esquerda e PCP) e em economia comum (PS).

APROFUNDAR E DINAMIZAR A DEMOCRACIA

A deputada socialista Helena Ribeiro defendeu, no dia 10, na Assembleia da República, que «a participação cívica dos cidadãos na condução dos superiores destinos do País já não se satisfaz com o acto de votar apenas de quatro em quatro anos ou quando a tal são chamados».

«Os cidadãos têm de ter ao seu dispor meios expeditos, gratuitos, competentes e eficazes para participarem construtiva, partilhada e responsabilmente na resolução de problemas relevantes para a edificação de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais acolhedora, onde todos os seres se sintam autenticamente pessoas», afirmou.

Para a parlamentar do PS, um dos grandes desafios que se nos deparam é vencer o distanciamento, cada vez mais notado, entre os cidadãos eleitores e os representantes políticos eleitos.

«A reposição dessa confiança reclama do legislador a multiplicação de mecanismos de participação política à disposição dos eleitores, o melhoramento dos já existentes, o reforço das garantias de visibilidade e transparência dos processos de decisão», reiterou.

Na opinião da deputada do GP/PS, uma das vias para vencer o desafio da cidadania passa pela «complementarização da democracia representativa com novas e profícuas formas de democracia participativa e directa».

«A facilitação, a intervenção e a permissão da iniciativa propulsora dos cidadãos nas tomadas de decisão das instâncias do poder, ou nos próprios órgãos de poder é elemento de supressão da distância entre o poder político e os cidadãos decorrente das fórmulas tradicionais da democracia representativa», disse.

Relativamente ao projectos de lei

apresentados pelo PS, PCP e PSD onde se consagra o direito e exercício da iniciativa popular junto do Parlamento, Helena Ribeiro salientou que «a linha matriz da iniciativa socialista passa pela distinção nítida entre o direito de petição e direito de iniciativa legislativa popular».

Uma petição, além de representar um ad minus relativamente ao direito de iniciativa legislativa popular, reveste-se ainda de alguma informalidade.

«Ao invés, a iniciativa popular junto da Assembleia da República confere aos cidadãos um mecanismo propulsor de lei, propiciando a elaboração de verdadeiros projectos de lei, pelo que é diferente o seu regime jurídico», explicou, acrescentando que este direito «não pode ser exercido a título individual e os seus proponentes têm de redigir em articulado as ideias com que pretendem contribuir para resolver problemas, tendo o projecto de ser acompanhado por uma breve justificação de motivos».

Helena Ribeiro esclareceu ainda que, no projecto socialista, «a possibilidade de desencadear iniciativas legislativas populares depende da subscrição por 0,3 por cento do total dos cidadãos eleitores», o que coincide, grosso modo, com o número de assinaturas correspondente ao número de votos necessários para eleger um deputado.

«As matérias sobre as quais pode incidir o direito de iniciativa legislativa popular são aquelas que integram a área de reserva relativa da Assembleia da República», declarou.

Quanto aos proponentes, a deputada assegurou que serão dadas garantias de intervenção e votação em tempo certo.

Quanto ao procedimento, «assegura-se um regime semelhante ao aplicável aos demais projectos de lei».

MARY RODRIGUES



PS E PSD ESCOLHEM NASCIMENTO RODRIGUES COMO CANDIDATO

Os grupos parlamentares do PS e do PSD acordaram em apresentar o nome de Nascimento Rodrigues como candidato ao lugar de provedor de Justiça.

Num comunicado assinado por Francisco Assis e António Capucho, respectivamente, líderes das bancadas do PS e do PSD, refere-se que «estabelecido o princípio de que tal cargo deveria ser ocupado por uma

figura identificada com a maior força da oposição, a escolha recaiu sobre uma personalidade de elevado prestígio intelectual, cívico e político».

«Nascimento Rodrigues aceitou o convite que lhe foi dirigido. Esta opção prestigia a AR e concorrerá para a dignificação da Provedoria de Justiça», lê-se ainda no comunicado.

DEPUTADO BARROS MOURA

Requerimento

PROGRAMA OPERACIONAL DE ECONOMIA DO VALE DO SOUSA



O Eixo 1 do Programa Operacional de Economia do Vale do Sousa foi objecto de um requerimento apresentado no dia 10, na Mesa da Assembleia da República, pelo deputado

socialista José Barros Moura. Considerando que «antes de 2004 não estarão resolvidos os défices fundamentais de acessibilidades do Vale do Sousa, provocando o desfavorecimento objectivo dos seus principais centros industriais, como Paços de Ferreira e Felgueiras», mas verificando, «face ao Programa Operacional de Economia, que todos os municípios do Vale do Sousa são integrados no Eixo 1», o deputado do PS lembra, no requerimento, que «o Continente é repartido por três zonas – interior, intermédia e litoral –, sendo o Vale do Sousa incluído na zona litoral, tal como o Porto ou Lisboa. Assim, considera, «não se afigura razoável,

tendo presente, por um lado, o défice de acessibilidades e, por outro, a forma como foram considerados outros municípios como, por exemplo, todos os do Algarve que ficaram integrados na zona intermédia».

Neste contexto, o deputado do PS considera no requerimento que uma das medidas que o Governo pode tomar é exactamente o da discriminação positiva dos municípios do Vale do Sousa que não dispõem de qualquer das acessibilidades previstas no PRN 2000, integrando-os, até 2004, de preferência na zona interior ou, no mínimo, na zona intermédia».

Assim, José Barros Moura questiona o Governo, através do ministro da Economia, sobre se está na disposição de tomar estas medidas «para superar o desfavorecimento objectivo do tecido industrial dos municípios do Vale do Sousa, nomeadamente os mais prejudicados pelas más condições de acessibilidade».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO CASIMIRO RAMOS

I Congresso

MELHOR FUTURO PARA O OESTE



«Entre 2004 e 2009 será construído o quarto marco da identidade oestina e será dado um passo determinante para que no espaço de uma legislatura, a Região

Oeste diminua o atraso estrutural, que a separa do resto do País».

Foram estas as palavras com que o deputado socialista Casimiro Ramos finalizou a intervenção que fez, no dia 11, no Parlamento, a propósito do I Congresso do Oeste, que decorreu nos passados dias 28 e 29 de Abril, em Torres Vedras.

Falando a propósito da construção do novo aeroporto de Lisboa na Ota, Casimiro Ramos afirmou que esta obra «será um grande passo para a afirmação de Portugal como principal plataforma atlântica da Europa», mas também «constituirá, para a região integrada nos distritos de Lisboa, Santarém e Leiria, o quarto marco da afirmação da identidade oestina».

Considerando o aeroporto da Ota como «um dos passos essenciais para que um dos principais objectivos do Governo do PS se cumpra, o parlamentar frisou que esta infraestrutura logrará «a redução, no espaço de uma geração, do atraso estrutural que separa Portugal do resto da Europa».

Ao reivindicar que o sentimento de pertença caracteriza o conceito de identidade enquanto forma coerente de interligação entre território, pessoas e actividades, o deputado do GP/PS disse que a história do sentimento de pertença dos oestinos assenta presentemente em três grandes marcos – a construção das Linhas das

Torres, a construção do Campo de Guerrilha e a construção da linha férrea do Oeste –, ao qual se junta um quarto, na Ota. Ao fazer o balanço do Congresso do Oeste, Casimiro Ramos apontou para quatro eixos estratégicos, adiantando as principais conclusões relativas a cada um.

No sector da identidade e do território, o parlamentar salientou a reafirmação da realidade compósita do Oeste e a assunção da necessidade de reforçar a imagem da identidade, considerando-se fundamental a criação de um Centro de Estudos Oestinos.

Na vertente de inovação e recursos humanos, «o diagnóstico aponta para a necessidade de fixar, rejuvenescer e qualificar os recursos humanos, através da valorização da intervenção da Universidade na Região e pela construção de um Centro de Formação Profissional, no qual será dada especial atenção às novas tecnologias», disse o deputado.

Quanto à modernização da estrutura produtiva, concluiu-se, segundo Casimiro Ramos, que «a região deve criar uma rede incubadora de novas empresas, bem como condições para a localização de indústrias de elevado valor acrescentado, nomeadamente nas novas tecnologias e na I&D».

Por último, no eixo das infra-estruturas, ambiente e desenvolvimento, o parlamentar socialista referiu a presença no Congresso do ministro da Presidência e Obras Públicas, Jorge Coelho, que aproveitou a oportunidade para anunciar a decisão da construção do novo aeroporto de Lisboa.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO ARTUR PENEDOS

Congresso da UGT

PÔR FIM AO IMPASSE EM QUE SE ENCONTRA O DIÁLOGO SOCIAL



O VIII Congresso da UGT, realizado recentemente, foi o tema central da intervenção do deputado do PS Artur Penedos, no dia 10, na Assembleia da República.

Na sua intervenção, o deputado do GP/PS começou por realçar a presença na reunião magna da central da Buenos Aires, dos partidos com assento na AR, através de representação partidária ou parlamentar, colocando com a sua presença um ponto final na «divisão» que durou décadas e que «em nada contribuiu para o reconhecimento do papel que aos trabalhadores e ao movimento sindical são devidos».

Numa análise às conclusões do Congresso da UGT, o deputado do PS destacou, entre outros pontos, «a exigência de um efectivo debate estratégico sobre os grandes desafios com que o País se confronta», «a exigência de um ponto final no impasse em que se

encontra o diálogo social», e «mais negociação colectiva e reforço do diálogo entre trabalhadores e empregadores».

Para o deputado do PS, «a UGT soube renovar os seus quadros, soube reforçar a presença das mulheres e dos jovens e reforçou a responsabilidade dos sindicatos na condução directa daquela central sindical».

«O GP/PS congratula-se com a força e determinação do movimento sindical português, traduzido no referido Congresso da UGT e exorta aquela central sindical a prosseguir e a contribuir para a construção de um país e uma vida melhor. É essencial esse sindicalismo responsável, capaz de escolher e executar formas de luta que respeitam a lei e os interesses dos trabalhadores», disse, acrescentando que há quem tudo faça para procurar «envenenar» o relacionamento do PS com o mundo do trabalho.

Mas, frisou, «por mais que façam e digam, não o conseguirão».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADA ISABEL SENA LINO

Região da Madeira

REFORMA ELEITORAL QUE EVITE DISTORÇÃO



«A alteração à lei eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira, contida no projecto de lei nº 173/VIII, representa, para o PS, o

culminar de uma longa discordância quanto à constitucionalidade daquela lei que, sem qualquer aperfeiçoamento significativo desde 1976, carece de reforma de fundo que evite a distorção entre os resultados gerais obtidos por cada partido e o consequente número de mandatos no Parlamento», afirmou no dia 10 a deputada do PS Isabel Sena Lino.

Na intervenção que efectuou no Parlamento, Isabel Sena Lino salientou que «é uma pretensão do PS, de há muitos anos, ver os votos dos eleitores da Madeira reflectidos em termos da eleição de deputados, em número de mandatos, o que, no caso particular do Porto Santo e do Porto Moniz, manifestamente isso não acontecia. Vai agora acontecer, o que é uma melhoria significativa para o qual o PS contribuiu». Todos sabemos, disse, «que no actual sistema eleitoral o partido maioritário (PSD), com 56 por cento dos votos,

elegeu 70 por cento dos deputados, num total de 41, em 1996, e não 33 ou 34 parlamentares, segundo normal proporção».

Neste contexto, adiantou, «é injustificada, descabida e sem fundamento a acusação dirigida ao PS, de querer ganhar na secretaria».

O PS, salientou, «pretende mudar de uma forma mais profunda a lei eleitoral. Não acordámos em Abril para a relevância desta batalha. É uma velha batalha, de muitos anos».

Ponderação e reflexão

Contudo, alertou, «a aprovação de uma nova lei com esta importância e dimensão, sendo uma necessidade, não deve ser feita à pressa e a qualquer preço, mas com ponderação e adequada reflexão, tendo em conta as profundas implicações que as alterações ao sistema comportam».

Por outro lado, sublinhou, «deve ser levada em linha de conta a oportunidade política no que respeita aos calendários, por forma a impedir qualquer perturbação nos actos eleitorais que se avizinham».

J. C. CASTELO BRANCO

NOVAS RONDAS NEGOCIAIS PARA DESBLOQUEAR UM ACORDO DE ASSOCIAÇÃO

A «troika» da União Europeia e a Argélia reuniram-se no dia 12, em Lisboa, no âmbito do diálogo político entre as duas partes, num encontro em que foram agendadas novas rondas negociais para desbloquear a assinatura de um acordo de associação.

Desta reunião esteve ausente o ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Hubert Védrine, que integra a «troika» por ser o país que assegura a presidência da União Europeia (UE) no segundo semestre deste ano.

Em seu lugar, deslocou-se à capital portuguesa o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Loïc Hennekinne.

O ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, o seu homólogo argelino, Youcef Yousfi, e os representantes da Comissão Europeia e do Secretariado-Geral passaram em revista as relações entre a UE e a Argélia, a situação interna argelina, questões regionais, o processo de paz do Médio Oriente e a recente Cimeira África-Europa.

Antes da reunião, o porta-voz da presidência portuguesa da UE, embaixador Fernando Neves, disse que deverá ser discutida, no âmbito das relações entre ambas as partes, a forma de desbloquear a conclusão de um acordo de associação, que começou a ser negociado em Março de 1997.



Com as negociações interrompidas entre Abril daquele ano e Julho de 1999, as duas partes pretendem que depois da última ronda negocial, a 4 de Abril último, sejam

«agendadas duas novas rondas para ainda este ano».

As discussões têm-se centrado, nomeadamente, na especificidade da

economia argelina, cujo reconhecimento é exigido por Argel.

De acordo com o porta-voz da presidência portuguesa, «os problemas persistem» pelo facto de a Argélia manter as suas exigências, que contrariam o que foi aceite por outros países da região que já assinaram acordos de associação com os Quinze.

Na reunião ministerial de Lisboa, as duas partes abordaram também a situação interna da Argélia, designadamente a eleição do presidente, Abdelaziz Buteflika, e a sua política de concórdia nacional e os direitos humanos.

Cimeira África-Europa

No âmbito das questões regionais, três temas que estão interligados - o conflito do Saara Ocidental, para o qual a UE pediu uma «solução duradoura» as relações argelino-marroquinas e a União do Magrebe Árabe (UMA), cuja reactivação é defendida pelos Quinze - estiveram em foco.

Embora a Argélia não seja um país envolvido no processo de paz do Médio Oriente, a questão foi também discutida, dada a importância particular que tem para os países árabes.

A Cimeira África-Europa, realizada a 3 e 4 de Abril no Cairo, sob os auspícios da UE e da Organização da Unidade Africana (OUA), foi igualmente analisada.

NEOCAPITALISMO AUMENTA CLUBE DOS SUPER-RICOS

O mundo está cada vez mais desigual. As multidões de excluídos não param de aumentar, ao mesmo tempo que o clube dos mais ricos, com as suas fortunas obscenas, não pára de crescer. É o neocapitalismo no seu esplendor.

Mercados desregulados, Internet, flexibilização, concentrações, fusões, privatização, são o pano de fundo ideal para o «boom» das desigualdades entre países e entre cidadãos, numa lógica do «winner takes all».

O número de indivíduos com fortuna pessoal acima dos 30 milhões de dólares (6,6 milhões de contos) ultrapassou os 55.000 em 1999, indica um relatório das sociedades Merrill Lynch e Gemini

Consultant recentemente publicado.

O clube dos milionários em dólares conta, por seu lado, com mais de sete milhões de membros no mundo.

O montante total das suas posses financeiras subiu 18 por cento em 1999, atingindo 25,5 biliões de dólares (5,5 biliões de contos), contra 21,8 biliões em 1998.

Estas fortunas devem-se em parte à revolução da Internet, que contribuiu para a chegada de uma classe de novos multimilionários, notam o banco de investimento e o gabinete de consultores. «Mais de um milhão de pessoas juntaram-se ao clube exclusivo dos super ricos em 1999», segundo Mark Tilden, responsável dos serviços financeiros na Gemini Consulting.

De acordo com o relatório, este aumento explica-se por dois factores: primeiro, a

aceleração do crescimento mundial em 1999, segundo, a subida dos mercados bolsistas de mais de 37 por cento no decorrer do ano transacto.

O relatório sublinha igualmente que novas tendências económicas e sociais contribuíram para o enriquecimento dos super-ricos.

A criação e a entrada em bolsa das sociedades ligadas à Internet favoreceram assim a aparição de multimilionários do sector, assim como o aumento das vendas das empresas familiares, nomeadamente na Alemanha, onde mais de 168 companhias entraram em bolsa em 1999.

Um outro factor apontado pelo relatório relaciona-se com o recurso cada vez mais importante as «stock-options» (remuneração sob forma de acções das próprias empresas) e outros prémios

financeiros nos Estados Unidos.

Entre os principais beneficiários deste crescimento da riqueza, mais de 1,7 milhão de super-ricos asiáticos viram as suas fortunas pessoais aumentarem 23 por cento em 1999, segundo este relatório.

As fortunas financeiras dos norte-americanos e dos europeus, que continuam a representar a maioria dos bens financeiros totais, aumentaram respectivamente 17,4 e 19 por cento.

Cerca de 2,5 milhões de norte-americanos possuem doravante 30 por cento das fortunas financeiras pessoais mundiais e 2,2 milhões dos europeus partilham-se mais de 26 por cento.

Segundo o estudo, este crescimento prosseguirá ao ritmo de 12 por cento por ano, nos próximos cinco anos, atingindo 44,9 biliões de dólares no final de 2004.

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A UE DOMINOU REUNIÃO MINISTERIAL

A conferência para assegurar a capacidade europeia de segurança e defesa, prevista para a recta final da presidência francesa dos Quinze, dominou a reunião ministerial da União da Europa Ocidental (UEO), que decorreu segunda e terça-feira no Porto.

Na Cidade Invicta esteve em análise o trabalho preliminar do magno encontro do fim do ano e a preparação da sua agenda, tendo por base os objectivos principais («headline goals») da nova Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD), aprovados na Cimeira de Helsínquia (1999). A esta meta, definida no Tratado de Amesterdão (1991), deu «luz verde» -num documento intitulado «Tool Box» (Caixa de Ferramentas) - o Conselho de Assuntos Gerais da União Europeia (UE) realizado no primeiro trimestre deste ano em Bruxelas, ao nível de chefes das diplomacias e titulares da Defesa.

Os «headline goals» apontam para a criação de uma Força de Intervenção Rápida Europeia (FIRE) até 2003, com 60 mil homens em rotação, num total de 180 mil: uma terceira parte no terreno, outro tanto a embarcar e o remanescente em treino.

As 15 brigadas estarão dotadas de equipamento militar e contarão com meios logísticos e de informações, tendo apoio aéreo e naval.

Mobilizáveis em 60 dias e com capacidade para permanecerem no terreno pelo menos um ano, seriam chamadas a intervir nas chamadas missões de Petersberg, para gestão de crises (interposição), manutenção da paz e ajuda humanitária no Velho Continente.

As missões de Petersberg foram definidas nesta localidade alemã próxima de Bona, onde, em 1992, se reuniram os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa dos países da UEO, para definirem o papel operacional da organização, posto em causa pela balcanização.

O mau desempenho europeu foi-se sucessivamente evidenciando na Croácia, Eslovénia e Macedónia (1991), atingindo a incapacidade total na Bósnia-Herzegovina (1992).

A presidência lusa da UEO - com 28 Estados-membros - é cumulativa com a da UE e definiu, como horizonte, a futura absorção das funções da organização pelos Quinze.

As outras três prioridades estipuladas são o reforço da capacidade operacional da UEO, a sua articulação com a NATO - enquanto pilar aliado no Velho Continente, sem prejuízo da vertente atlântica -, bem como o reforço do diálogo entre alguns dos 19 países aliados que não são parceiros da união, e vice-versa.

Os nove países da NATO que não pertencem à UE são, na América do Norte, os Estados Unidos e o Canadá, e na Europa a Noruega, Finlândia, Islândia, Polónia,



Hungria, República Checa e Turquia.

Desde o passado mês de Março, na capital belga, em prossecução da nova Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD) estão em actividade um Comité Político e de Segurança (CPS), integrado por embaixadores dos governos da UE, um Comité Militar, com representantes dos Ministérios da Defesa dos Quinze (CM), e um Comité de Peritos (CP) em estratégia. Está igualmente por esclarecer qual a contribuição em meios financeiros, material militar e recursos humanos de cada um dos Estados comunitários para a IESD.

Nova política europeia de segurança

Entretanto, a nova política europeia de segurança e defesa vai custar a Portugal 400 milhões de contos e a participação de 9000 soldados em rotação, num processo que passa pela modernização do equipamento das Forças Armadas.

O país, com um total de 24.000 efectivos no Exército, dos quais 16.000 praças e cabos, e 8000 sargentos e oficiais, em 2003 terá de disponibilizar para a Força de Intervenção Rápida Europeia (FIRE) de 3000 a 3500 soldados.

Em regime rotativo, este número triplica e envolve a mobilização de 9000 homens: 3000 destacados, 3000 a regressar e 3000 a serem preparados.

A Lei do Serviço Militar aprovada pela Assembleia da República em Julho de 1999 está em fase de regulamentação, para que o voluntariado - de curta duração - esteja à altura dos objectivos políticos, com um período de transição de quatro anos.

Sendo o serviço militar obrigatório de quatro meses, o futuro nacional e o da FIRE só aceita o voluntariado.

Assim, o regime profissional poderá variar entre os cinco e os oito anos, dependendo do maior ou menor volume de efectivos nas fileiras.

Traduzido em escalões etários, este regime

profissional abrangerá idades dos 18 até aos 28 anos, no máximo.

Quanto aos equipamentos, trata-se de os adequar às missões a enfrentar, segundo o grau de dificuldade.

O material mais carente de actualização compreende um complexo conjunto de equipamentos individuais, de comando e controlo, e para as unidades de manobra, apoio de combate e de apoio de serviços. Incide nos meios de projecção terrestre (aeronaves de transporte, como helicópteros), de vigilância do campo de batalha, viaturas táticas, meios de apoio de

fogos (artilharia) e blindados para movimentação de pessoal.

As VBT-Pessoal (viaturas blindadas de transporte de pessoal) com estas características foram recebidos há mais de 20 anos no âmbito da NATO: são os M113 de Santa Margarida.

Os de produção nacional (Chaimite) têm mais de 30 anos e estão ao serviço na Bósnia-Herzegovina.

Será igualmente precisa artilharia anti-aérea em condições para protecção das unidades lusas no campo de batalha e do próprio território nacional, equipamento individual de última geração, a modernização dos rádios e a total informatização do Exército, nas componentes temporal e operacional.

Quanto às verbas para sustentar este cenário, será imperativo subir o referencial de despesas nos orçamentos nacionais para a Defesa, na ordem dos 1,8 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), sendo este o texto em discussão no âmbito da política europeia de segurança e defesa.

Na situação nacional, sendo o Orçamento de Estado de 21.500 milhões de contos, dos quais a fatia para a Defesa é de 1,2 por cento (258 milhões), um acréscimo de 0,6 por cento (129 milhões) representará um montante ligeiramente abaixo dos 400 milhões de contos.

Em termos de despesas com a Defesa, uma recente listagem de 14 países europeus, mais os Estados Unidos e a Turquia, coloca Portugal em oitavo lugar, dado relevante tendo em conta a dimensão do País.

DIREITOS HUMANOS

AI reclama

CARTA DE DIREITOS PARA ACABAR DIFERENÇAS ENTRE POLÍTICA E PRÁTICA

A Associação da União Europeia da Amnistia Internacional (AUEAI) quer uma aprovação rápida da carta europeia dos direitos humanos para acabar com o «desfasamento entre a política e a prática», afirmou o director executivo da organização.

Dick Oosting, que participou na assembleia geral da AUEAI que decorreu em Oeiras, diz que a Europa tem boas leis, mas que «existe um desfasamento entre a política e a prática».

Os responsáveis pelas 15 secções da Amnistia Internacional na União Europeia reuniram-se com o comissário europeu António Vitorino para abordar a evolução dos trabalhos de criação da carta europeia de direitos humanos e de políticas de áreas que estão sob a sua alçada, nomeadamente, a política europeia de

asilo.

O director executivo da AUEAI diz que existem alguns pontos da política europeia com que não concorda, mas garante que a aprovação de uma carta europeia «possibilitará o recurso aos tribunais por parte das vítimas, assim como a monitorização internacional».

Dick Oosting afirma que continua a haver problemas na Europa, nomeadamente no que respeita a brutalidade policial e ao mau tratamento das minorias.

A assembleia geral da AUEAI realizou-se no passado fim-de-semana, contando com a presença, além dos representantes das 15 secções da AI da UE, de «membros de três países candidatos ao alargamento da União, de um membro do Conselho Executivo Internacional da AI e do Secretariado Internacional».

PORTO 2001 QUER ENTRAR NO «GUINNESS»

A Porto 2001, SA está a congregar a participação de escolas, associações, clubes e lares para criarem em Junho a maior manta de retalhos do Mundo.

Em comunicado, a sociedade refere que o objectivo é que a «Manta da Cultura» ultrapasse o recorde inscrito no livro «Guinness» desde 30 de Maio de 1993, data em que foi exposta em North Yorkshire, Inglaterra, uma manta com 17.289 metros quadrados.

A Porto 2001 está a distribuir pelas instituições colaboradoras 50 mil retalhos de tecido com um metro quadrado cada, que, depois de pintados, bordados ou decorados, serão devolvidos para formar uma peça única «de dimensões gigantescas».

«O resultado representará a identidade e cultura portuguesas, expressas por diferentes gerações», refere o comunicado, explicando que não é imposto qualquer limite à expressão artística das pessoas «de todas as idades» que vão decorar os retalhos, utilizando «todo o de materiais e técnicas».

Os retalhos serão recolhidos no final de Maio e cosidos uns aos outros, formando uma manta que será estendida no Parque da Cidade em meados de Junho, numa



feita em que haverá animação e concertos. No final da operação, a manta será dividida em novos retalhos, desta vez de «proporções razoáveis», que serão entregues s instituições colaboradoras,

sob a forma de «tapetes de parede». A Porto 2001 contou para esta iniciativa com o apoio da têxtil Coelima, que forneceu e estampou os 50 mil metros quadrados de tecido, e da Realizar -

Eventos Especiais, que assumiu a execução do projecto.

Manta de retalhos

Cláudia Pimentel, da Realizar, referiu que já foi feito o convite ao «Guinness Book» para que esteja presente na festa de exposição da manta, bem como contactadas as restantes testemunhas obrigatórias, como notário e auditores.

Cláudia Pimentel observou que a preparação do processo de candidatura está facilitada pela experiência que a empresa adquiriu em projectos anteriores, que lhe permitiram inscrever outros quatro recordes no «Guinness».

O recorde mais conhecido batido pela Realizar foi o do maior logotipo humano, conseguido em 1999 no Estádio do Jamor, em Oeiras, para promover a candidatura de Portugal à organização do Campeonato Europeu de Futebol de 2004.

Na ocasião, foi batido um outro recorde, o de maior «casting» de publicidade, quando o logotipo humano «ganhou vida», com o futebolista a dar um chuto na bola.

Em 1996, a Realizar organizou a maior construção em balões (um barco rabelo) e em 1998 o monte de moedas mais valioso do Mundo, cuja receita reverteu para a Unicef.

PORTUGAL INOVA NA PROTECÇÃO DOS DEPENDENTES

A proposta de lei de bases da Segurança Social apresentada pelo Governo «aponta no sentido mais inovador» em termos europeus no que toca ao apoio dos idosos dependentes, afirmou no dia 13, no Porto, Ferro Rodrigues.

Segundo os dados apontados pelo Governo, o total de idosos com mais de 65 anos cresceu 3,4 por cento entre 1981 e 1996, atingindo um total de 1,5 milhões de pessoas, enquanto os com mais de 75 anos aumentaram 1,7 por cento, para um total de 570 mil pessoas.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, que revelou estes dados no encerramento de um seminário sobre protecção social realizado no âmbito da presidência da União Europeia, considerou que o aumento das situações de dependência é «um dos mais sérios desafios colocados à capacidade de adaptação dos sistemas de protecção social às modificações».

Ferro Rodrigues recordou que, com a proposta de lei de bases, o Governo pretendeu «criar as bases para a progressiva autonomização (da protecção à dependência) em relação às restantes eventualidades protegidas».

Indicou também que em termos europeus



só três países criaram instrumentos normativos que reconhecem e regulamentam a especificidade da

protecção das situações de dependência. Realçando que a política do Governo não esquece a restante população portuguesa

que se encontra em situação de dependência, Ferro Rodrigues considerou, porém, que o peso que os idosos vão ter, numericamente, no futuro do país «impõe uma visão prospectiva das formas de ataque à pauperização e à exclusão social que ameaçam este grupo populacional».

O ministro lembrou que em 1999 foi criada uma prestação pecuniária, designada por complemento de dependência, que foi um primeiro passo para a proposta de lei de bases apresentada pelo Governo na Assembleia da República.

Ferro Rodrigues recordou ainda a intervenção articulada entre os ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade integrando os cuidados de saúde e o apoio social aos dependentes.

Realçou, no entanto, que a questão não pode ser vista como uma competência exclusiva do Governo.

«Pelo contrário, pelas suas características ela insere-se num campo em que todas as solidariedades devem ser chamadas a colaborar e a intervir de forma conjugada», frisou.

Lembrou, a propósito, o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social subscrito pelo Governo e pelas organizações não governamentais.

HOMENAGEM

Palma Inácio

O ÚLTIMO HERÓI ROMÂNTICO CONDECORADO COM A ORDEM DA LIBERDADE

*Mesmo na noite mais fria
Em tempo de servidão
Há sempre alguém que resiste
Há sempre alguém que diz não*

Manuel Alegre

«O último herói romântico», como lhe chamou a poetisa Natália Correia, teve no dia 13 a merecida homenagem, organizada pela Câmara de Lisboa e Biblioteca-Museu República e Resistência. Palma Inácio, 78 anos, militante socialista, uma vida dedicada à luta contra o fascismo, descrito por outro resistente antifascista, o vice-presidente da Assembleia da República, camarada Manuel Alegre, como «figura lendária da luta pela liberdade», foi condecorado no dia 13 com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

A condecoração foi outorgada pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, que, por estar ausente em Fátima, incumbiu Manuel Alegre de entregar a distinção. Na Estufa Fria, em Lisboa, o poeta e deputado Manuel Alegre descreveu o homenageado, visivelmente emocionado, como «grande combatente, grande resistente, figura lendária da luta pela liberdade». A cerimónia antecedeu um almoço de homenagem a Palma Inácio, em que participaram cerca de 600 pessoas.



Fernando Pereira Marques, companheiro de luta na LUAR do distinguido, João Cravinho, Leonor Coutinho, Manuel Serra, Vera Jardim, João Proença, Rodolfo Crespo, Vítor Hugo Sequeira, Acácio Barreiros, José Lamego, Nuno Teotónio Pereira, João Soares, Igrejas Caeiro, Vitorino, Fernando Tordo, Lurdes Norberto, foram alguns dos amigos presentes.

«Estou aqui enquanto cidadão mas não deixo de ser presidente da Câmara», disse João Soares, que descreveu Palma Inácio como «um homem solidário, amigo do seu amigo».

Esbirros da PIDE espumam de raiva

O camarada Palma Inácio, fundador da

extinta LUAR, e hoje com 78 anos, protagonizou algumas das acções mais espectaculares contra o salazarismo: sabotagem de aviões em Sintra, o desvio de um avião para Marrocos, depois de sobrevoar Lisboa largando milhares de panfletos, assalto à delegação do Banco de Portugal na Figueira da Foz e uma tentativa de tomar de assalto a cidade da Covilhã.

Acções heróicas que deixaram o ditador de Santa Comba e os esbirros da PIDE a espumar de raiva.

Devido às perseguições que lhe foram movidas por tais acções repartiu a sua vida, até 25 de Abril de 1974, pelos Estados Unidos, Brasil, Espanha, França, Marrocos.

Preso pela PIDE, fugiu em 1968 dos calabouços desta repugnante polícia política no Porto. No dia 25 de Abril encontrava-se preso em Caxias, onde sofreu torturas inenarráveis pelos esbirros da PIDE.

Uma vida dedicada à causa da liberdade. Um exemplo. Tal como Pablo Neruda, Palma Inácio poderá afirmar: «Confesso que vivi.»

Em 1994, recorde-se o então Presidente da República, Mário Soares, pretendeu condecorar Palma Inácio, mas um parecer negativo do Conselho das Ordens impediu a homenagem.

O Conselho das Ordens deu agora parecer diferente, quando o Presidente Jorge Sampaio propôs a condecoração. Palma Inácio é hoje deputado à Assembleia Municipal de Lisboa pelo Partido Socialista. **J. C. CASTELO BRANCO**

INTERNET PARA 10 MIL JOVENS

Formação gratuita

«GERAÇÃO MILENIUM»

O ministro adjunto do primeiro-ministro, Armando Vara, anunciou, no dia 143, em Macedo de Cavaleiros, que o Governo socialista está a preparar um novo programa que vai permitir a dez mil jovens de todo o País receberem formação na área da informática e terem acesso à Internet. «Geração Milenium» é nome do programa que deverá entrar em vigor a partir do Verão, e que envolve a Secretaria de Estado da Juventude e os ministérios da Ciência e Tecnologia, Educação e Administração Interna, segundo o governante. Segundo explicou Vara, «a primeira vertente do programa passa por oferecer formação gratuita aos jovens na área de informática e será concretizada a nível local, através dos institutos da juventude, estando previsto o seu início para o segundo

semestre deste ano».

«Um universo de dez mil jovens de todo o País, com idades entre os dez e os 12 anos, vai ser abrangido no arranque do novo programa, que implicará um investimento de 400 mil contos por ano, e que terá continuidade nos próximos anos», declarou. Após a formação, o programa permitirá aos jovens praticarem e terem acesso à Internet em postos públicos, nas juntas de freguesia e nas escolas, aproveitando os equipamentos disponibilizados por outros programas já em curso, e que visam dotar as autarquias locais e os estabelecimentos de ensino de meios informáticos. De acordo com o ministro adjunto, «o programa tem como finalidade assegurar o conhecimento e acesso às novas tecnologias àqueles que vivem em regiões mais desfavorecidas ou que não têm

condições para adquirir os meios necessários, independentemente da zona do País onde vivem».

Neste sentido, a complementaridade em que se baseia este projecto vai permitir também que as escolas ou juntas de freguesia que ainda não foram dotadas com material informático o venham a ser, de forma a garantir a vertente prática aos jovens que vierem a receber formação.

«Saber mexer com as teclas de um computador e ter conhecimento profundo de uma língua estrangeira são os factores decisivos para se abrirem portas no futuro», alertou o ministro, dirigindo-se aos jovens que se encontravam a assistir a um seminário sobre «O Poder Local e a Comunicação Social Regional», em Macedo de Cavaleiros.

Armando Vara encerrou, no passado

sábado, os trabalhos desta iniciativa promovida pela autarquia local com o intuito de debater a relação entre os órgãos locais de informação e o poder político municipal, alertando para «o perigo da relação exageradamente próxima entre ambos».

O governante lembrou a nova legislação que está a ser preparada pelo Executivo e que «tem em vista clarificar esta relação, permitindo que as autarquias possam dar apoios, mas de uma forma mais transparente».

A falta de projectos empresariais, de profissionais nas redacções e a dependência económica e política foram apontadas como os «males» dos órgãos de informação local, neste seminário onde intervieram diversos jornalistas que se encontram a trabalhar em órgãos nacionais, mas que já tiveram ligações à região.



Albufeira

Câmara subsidia concentração de motociclistas

O Executivo da Câmara Municipal de Albufeira, na sua reunião do dia 2 de Maio, deliberou conceder um subsídio de 350 mil escudos à Associação de Motociclistas Vagabundos Lusitanos, para a realização da 1ª Concentração em Paderne.



O evento teve como objectivo a promoção e divulgação do motociclismo no concelho de Albufeira.

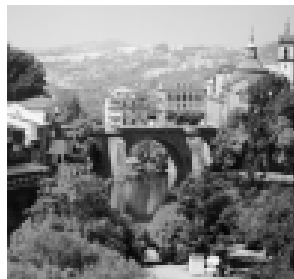
Adjudicada empreitada de embelezamento da Fonte de Paderne

O Executivo da Câmara Municipal de Albufeira decidiu também adjudicar a empreitada de embelezamento da Fonte de Paderne (2ª fase), pelo valor de aproximadamente 29 mil contos.

Amarante

Câmara candidata ao Prémio INH

A Câmara Municipal de Amarante candidatou ao Prémio de Arquitectura INH – Promoção Municipal o edifício de habitação social da Bouça do Pombal, em fase final de acabamentos, cujo projecto é da autoria do arquitecto José de Abru Nuaia.



Aquele edifício, implantado num lote com 1100 metros quadrados, é constituído por 32 habitações.

O custo de construção foi de 225 mil contos, tendo o INH participado com 111 mil contos.

Cascais

Dança clássica para as escolas

A Câmara Municipal de Cascais, em parceria com a Escola de Dança Ana Magericão, promoveu no dia 10 de Maio, no Teatro Gil Vicente, dois espectáculos de dança clássica para as crianças dos jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho.

Este projecto teve por objectivo proporcionar aos alunos dos jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo o contacto directo com a dança (expressão dramática e coreográfica, música, história de arte).

As interpretações foram baseadas nas conhecidas histórias infantis: «Branca de Neve e os Sete Anões», «Lobo Mau», «Três Porquinhos», «Copélia», «Dumbos» e «Mary Poppins».

Fafe

Exposição «A Biblioteca e a Leitura»

Esteve patente ao público até 16 de Maio, na Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian, a exposição de fotografia «A Biblioteca e a Leitura».



Tratou-se de uma mostra de 31 fotografias premiadas na edição de 1999 do concurso de fotografia que teve o mesmo tema e que o Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da Fundação Gulbenkian vem promovendo regularmente.

Faro

Geminação com cidade moçambicana

O Executivo da Câmara Municipal de Faro deliberou, por unanimidade, aprovar a geminação de Faro com a cidade moçambicana de Maxixe.

A deliberação seguiu para decisão final, para a Assembleia Municipal.

Esta geminação insere-se no objectivo da Câmara Municipal, a que preside o socialista Luís Coelho, de estabelecer, no tempo próprio, laços fortes com cidades de todos os países de expressão portuguesa.

Recorde-se que sob a presidência de Luís Coelho foi celebrada a geminação com a Cidade da Praia e que Faro está ligada a Bolama, desde os anos 80.

Felgueiras

Cortejo histórico sobre o «Achamento do Brasil»

Encontram-se abertas as inscrições até 30 de Junho, na Divisão dos Serviços Socioculturais da Câmara de Amarante, à Praça Vasco da Gama, para figurantes que queiram participar no cortejo histórico integrado nas comemorações do «10º aniversário de Felgueiras Cidade» e que será subordinado ao tema «O Achamento do Brasil».



Olhão

Novas piscinas municipais

Já está em funcionamento desde há cerca de duas semanas e com forte afluência de público o complexo de piscinas municipais de Olhão, um investimento que rondou os 586 mil contos.

Situadas junto ao estádio de futebol Miguel Arcanjo, numa área que a Câmara local pretende destinar a complexos desportivos, as piscinas municipais representam o maior investimento feito até agora no domínio do desporto e lazer.

O presidente da autarquia, Francisco Leal, declarou que esta infra-estrutura desportiva responde a «um dos maiores anseios da população local», inserindo-se no projecto da melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Na cerimónia de inauguração que decorreu há cerca de duas semanas, a ministra do Planeamento e da Administração do Território enalteceu o trabalho das autarquias do Algarve, que - frisou - «só pode merecer o apoio do Governo».

Elisa Ferreira realçou a importância do terceiro Quadro Comunitário de Apoio, o último que o país vai receber antes do alargamento da Comunidade Europeia, para defender um planeamento estratégico e de competência para os novos investimentos. «Há no Algarve um trabalho interessantíssimo feito pelas autarquias em conjugação com a administração central no sentido de um desenvolvimento sustentado», disse a ministra.

As piscinas municipais de Olhão, construídas numa nave de 80 por trinta metros, são constituídas por um tanque de competição, com oito pistas e uma profundidade superior a dois metros, um

tanque de aprendizagem, com cinco pistas e um tanque de iniciação.

Torres Vedras

Câmara baixa água para consumidores domésticos

Quatro meses depois do último aumento do preço da água em Torres Vedras, um dos concelhos do país com a água mais cara, a autarquia chegou a um acordo para redução do preço ao consumidor.

O presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Jacinto Leandro, anunciou que a autarquia «chegou a um entendimento com o IPE-Águas de Portugal, no sentido de obter um preço mais justo para os consumidores». Segundo o autarca, «está negociado um protocolo para que a partir de Junho o preço da água vendida pela EPAL à autarquia desça 10 escudos e, com isso, sejam beneficiados os utentes».

«Uma descida que vai levar os consumidores domésticos do primeiro escalão (os que consomem menos água) a pagarem 100 escudos por metro cúbico em vez dos actuais 129 escudos», garantiu Jacinto Leandro.

O autarca reconhece que os preços actuais são «injustos para os torreeneses», acrescentando que o problema está «no elevado preço a que a Câmara compra a água à EPAL, ao dobro do que é vendida na maior parte dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa».

Desde 1985 que a EPAL «impôs um protocolo, que a Câmara assinou, caso contrário o concelho ficava sem água», mas o autarca acrescenta que, «nessa altura, as elevadas tarifas a pagar pela água tinham como justificação as despesas com as obras de captação».

Vila Real de S. António

Urbanização do sítio das Hortas

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António acaba de abrir concurso público para a execução da rede de drenagem de águas residuais e ampliação da rede de abastecimento de água no sítio das Hortas.



Este projecto envolve um investimento superior a 700 mil contos e permitirá dotar esta localidade com uma rede eficaz de drenagem de águas residuais domésticas, bem como suprir falhas no abastecimento domiciliário.

PS EM MOVIMENTO

BOBADELA

25º aniversário

A Secção da Bobadela do PS, que tem como secretário-coordenador o camarada José António Couvinha, assinalou recentemente os 25 anos de existência com um jantar-convívio. Antes, durante um jantar com um beberete realizado nas instalações da Secção, o Secretariado ofereceu a cada um dos camaradas com 25 anos de militância um relógio. Do programa das comemorações destaque ainda para uma sentida romagem ao cemitério de São João da Talha às campas dos camaradas falecidos e a realização de diversos jogos tradicionais, que proporcionaram animados momentos de convívio. Foi uma grande jornada de confraternização dos militantes de uma estrutura que ao longo de 25 anos esteve sempre na primeira linha dos combates travados pelo Partido.



LEIRIA

PS crítica Câmara

A Comissão Política Concelhia de Leiria do PS, reunida no passado dia 10, elegeu o Secretariado Executivo e analisou a situação política autárquica. A Concelhia do PS/Leiria criticou a Câmara de Leiria, acusando-a pela «falta de obra» e a «incapacidade para planear o futuro da cidade e do concelho». No quadro da política nacional, o PS/Leiria congratulou-se com os apoios que o Governo de António Guterres vem concedendo ao concelho de Leiria. O PS/Leiria saudou o camarada Guterres pelo êxito da presidência portuguesa da UE e saudou ainda a acção do Governo pela implementação de medidas concretas que visam a construção do aeroporto internacional da Ota.

E-mail

A Federação de Leiria do PS está a responder aos desafios do futuro. Assim, desde meados de Abril que esta estrutura pode ser contactada através do seguinte endereço electrónico: fedpsleiria@hotmail.com

MADEIRA

Conferência de Imprensa

O presidente do PS/Madeira, camarada Mota Torres, afirmou que rever agora a lei eleitoral, na sua globalidade, seria «extemporâneo». Mota Torres fez esta consideração em conferência de imprensa, realizada no dia 29 de Abril no Funchal, na qual tornou pública a posição dos socialistas da Madeira em relação às propostas de alteração da lei eleitoral que estiveram em debate no dia 10 de Maio, na Assembleia da República, na sequência da declaração de inconstitucionalidade dos círculos eleitorais do Porto Santo e Porto Moniz. A questão foi suscitada na Assembleia da República por Mota Torres e desencadeou o processo que deu lugar à decisão do Tribunal Constitucional (TC), que considerou existir violação do princípio da proporcionalidade naqueles círculos eleitorais. O líder socialista madeirense referiu que, em face do tempo disponível, o «ideal é cumprir no essencial o acórdão do TC, numa solução de tranquilidade que faculte ao Presidente da República uma lei eleitoral que lhe permita agendar as eleições regionais na Madeira». Mota Torres apelou a todas as forças políticas para que, «num esforço de consensualização, sem exuberância, se disponibilizem para alterar totalmente a lei eleitoral após as eleições regionais». «O que está em causa agora é corrigir a lei conforme o acórdão do Tribunal Constitucional. A revisão não pode ser feita em cima do joelho», declarou o líder socialista da Madeira, manifestando a discordância em relação à proposta de alteração total apresentada pelo CDS-PP.

PORTO

Gomes contra eleições antecipadas

O camarada Fernando Gomes deslocou-se ao Porto para afirmar aos 13 presidentes socialistas de juntas de freguesia da cidade que está contra a antecipação das eleições para a Concelhia portuguesa do PS.

No decurso do jantar, que decorreu no passado dia 11 num restaurante da Foz, o ministro da Administração Interna reiterou, mas de uma forma mais veemente, que não aceitará a antecipação das eleições proposta pelos órgãos concelhios e que tudo fará para a impedir.

A Concelhia portuguesa, presidida há cerca de dez anos por Orlando Gaspar, pediu à distrital a antecipação das eleições - agendadas para todas as concelhias do País para Novembro - de modo a que elas se realizassem a 5 de Junho.

Recorde-se que o próximo presidente da Concelhia portuguesa do PS terá uma palavra fundamental na escolha do candidato do partido à Câmara do Porto.

No jantar, realizado a pretexto da vontade de Fernando Gomes de agradecer o jantar de homenagem que no último ano os presidentes de junta lhe ofereceram, o ministro afirmou não compreender as razões para esta antecipação e considerou que elas iam contra o definido pelo próprio partido.

O ex-presidente da Câmara realçou que lhe era indiferente saber se Orlando Gaspar vence ou não as eleições, mas considerou que a antecipação das eleições impede o debate político necessário.



PORTO DE MÓS

Morte

Faleceu o camarada Fernando Jorge Guerreiro C. Ramos, militante destacado da Secção de Porto de Mós do PS.

Fernando C. Ramos, casado, advogado, foi presidente da Concelhia local do PS e vereador do PS à Câmara de Porto de Mós entre 1993 e 1997.

À família enlutada e à Secção de Porto de Mós, o «Acção Socialista» envia as mais sentidas condolências.

PÓVOA DE VARZIM

Narciso disponível

O presidente da Federação Distrital do PS Porto, camarada Narciso Miranda, admitiu no dia 13, na Póvoa de Varzim, estar «permanentemente disponível» para se candidatar às autárquicas de 2001.

Narciso Miranda, que falava à margem de um jantar de apoio à recentemente eleita Comissão Política Concelhia do PS/Póvoa de Varzim, referiu que as autárquicas de 2001 têm uma fasquia levantada para ganhar: ter mais votos que o segundo partido e manter o maior número de juntas de freguesia e câmaras municipais.

O também secretário de Estado da Administração Portuguesa mostrou-se «permanentemente disponível» para uma candidatura ao Porto desde que o PS o queira e o entenda.

«Estarei onde o PS achar que devo estar e onde eu achar que me sinto mais motivado porque preciso de contacto directo e gosto de sentir o efeito das minhas decisões», disse Narciso Miranda.

O presidente da Federação afirmou ainda estar à espera da decisão para concorrer às autárquicas e espera recuperar a Junta Metropolitana do Porto e os concelhos perdidos. «Todos os concelhos são importantes e vamos apostar em todos os concelhos do distrito e do País e vamos tentar ganhar em todos numa luta que se espera aliciante e motivadora», salientou Narciso Miranda.

No seu discurso, o presidente da federação distrital referiu que nos resultados da Convenção Autárquica Nacional ficaram assentes duas conclusões: que o partido está muito mais unido, com coesão e disponibilidade para apoiar o governo e que o partido é aberto e sensível às reformas e que está disponível para as defender.

Combates eleitorais

Os combates eleitorais, sobretudo o das autárquicas, foram considerados por Narciso Miranda como muito difíceis já que se vão realizar em conjunturas difíceis para o PS. Para Narciso Miranda, o facto de 2001 representar o meio do mandato e seis anos consecutivos de Governo PS são sinais de combate, mas afixou também que «existem muito boas razões de que há condições objectivos para vencer porque há obra feita e resultados concretos nas autárquias».



FOI VOCÊ QUE PEDIU A PRIVATIZAÇÃO DA EDP?

O que é natural é bom! Poderia começar assim o anúncio da nova fase de privatização da EDP, reconhecendo que é normal que o Estado perca a maioria de capital na empresa de serviço público de energia eléctrica, encarregada do abastecimento do país. Mas algumas questões se levantam quanto a esta nova fase. Quanto ao modelo estrutural da empresa e quanto ao modelo institucional das concessões que suportam uma parte essencial da sua actividade e do próprio mercado.

Não há razão para ignorarmos o descontentamento gerado nos mais de 700 mil pequenos accionistas que assistiram à desvalorização sustentada dos 4.300\$00 por acção, que pagaram há dois anos, para menos de 4.000\$00, actualmente. E, por isso, não é ocioso perguntar: o que se dispõe o Estado a oferecer agora que vai perder a maioria do capital da EDP?

Se o Estado, accionista maioritário, se comporta de forma a não ser compreendido pelo mercado, o mercado reage. Em baixa! O que é natural! A operação deve ou não ser preparada por explicações ou até por medidas de reestruturação mais profundas que garantam o seu sucesso?

As explicações devem, por princípio, ser dadas aos accionistas. Sobre o problema das reestruturações mais profundas. Porque a EDP não é mais um monopólio eléctrico, como se poderá, inadvertidamente, pensar, projectando o tempo do monopólio natural, aplicável ao universo do serviço público de produção, transporte e distribuição.

O que aconteceu entretanto? Há um novo mercado da electricidade desde Fevereiro de 1999. Ao transpor a directiva europeia sobre regras comuns do mercado da electricidade, Portugal e os restantes países europeus aderem e adoptam um objectivo de construção de um mercado da energia baseado na concorrência.

Como está a imaginar-se um tal mercado? No centro do dispositivo temos uma rede unificada ou coordenada, como já é hoje, que é o elemento essencial para o acesso dos grandes utilizadores. E é assim que se concebe esta função de transporte, progressivamente autonomizada e mesmo independente da função de comercialização.

Os produtores vendem a sua energia à rede de transporte sob a forma de contratos bilaterais de grande horizonte temporal ou de oferta de oportunidade, do tipo mercado "spot", constituindo uma bolsa de energia. Este mercado não está completo enquanto não tiver os compradores que entregarão a energia aos distribuidores em concorrência.

Por enquanto, a generalidade dos países tem os distribuidores a fazer as suas

compras directas à rede de transporte, eliminando-se ou atenuando-se o elemento concorrência entre distribuidores.

Com a introdução duma comercialização mais autonomizada, poderão começar a gerar-se diferenças de preços que, por si próprias, abrirão novas oportunidades a novos produtos financeiros. E o mercado europeu tenderá para um mercado dito de "comodidade", onde se inscreverá, naturalmente, o mercado da electricidade. Vejamos então, de montante para jusante, o que se passa na produção, no transporte e na distribuição.

Na produção, a liberalização do mercado é muito visível e os produtores vinculados nacionais e estrangeiros contribuem já com cerca de um quarto do consumo de energia eléctrica total.

Há um problema a resolver, mas que não inibe o desenvolvimento da próxima fase de privatização, que é o esclarecimento da participação da própria EDP no mercado não vinculado, através de centrais a gás, designadamente.

Há ainda do lado da produção um esclarecimento, vantajoso para todos, sobre o papel reservado às energias renováveis. Não podendo exigir-se um perfil de concorrenciaisidade garantida via preço, a EDP só tem a beneficiar com a reorganização de toda a sua produção classificada como renovável, desde a eólica à térmica de resíduos vegetais, passando pela mini-hídrica.

Em nome do interesse nacional, da promoção da qualidade ambiental, da melhoria do grau de autonomia do país em relação aos combustíveis fósseis e do perfil tecnológico da nossa economia, justifica-se partilhar com ambição o objectivo comunitário de fazer subir para 22 por cento a participação das energias renováveis na satisfação dos consumos de energia.

Isto faz-se sem subsídios? Certamente que não. Mas o subsídio há-de Ter expressão como factor de substituição de importações e todos os elementos de natureza externa - as externalidades - que se lhe podem ligar, o benefício ambiental, ordem de mérito, as condições de ligação à rede.

É também um problema de concorrência entre produtores, que podem sentir-se mais confortáveis com o esclarecimento integral do quadro de desenvolvimento da actividade no próximo futuro.

A EDP está sozinha no transporte, através duma empresa, a REN, de que é proprietária. A rede de transporte é a espinha dorsal do abastecimento do país, como instrumento fundamental para a recepção de energia dos produtores e para as operações de importação, exportação e interligação.

No momento em que se prepara a privatização para além dos 50 por cento,

a REN no universo EDP pode suscitar óbvios conflitos de interesses.

A EDP é concessionária do Estado para o transporte de energia eléctrica, através da REN. Ou o Estado assume a situação de privatização realizada até agora como um limite, e esta empresa não é incluída na próxima fase de privatização, ou o Estado adia o problema, aguardando outros desenvolvimentos nos parceiros comunitários que ajudem a formular uma opção definitiva.

O problema existe! E existe tanto mais quanto os sítios das Centrais de Produção Térmica e Hidroeléctrica são propriedade da REN.

E quanto à distribuição?

Ao nível da distribuição não há monopólio em alta e média tensão, porque já hoje é possível aos clientes do sistema com determinados níveis de consumo anual contratarem os seus fornecimentos a outros operadores que não a EDP. E exemplos recentes de contratos com a ENDESA ai estão a fazer a prova. Resta ainda um segmento destes clientes que, não tendo aqueles níveis de consumo anual, estão vinculados ao distribuidor EDP pelo respectivo contrato de fornecimento e pelas regras de abertura do mercado contempladas na directiva comunitária. A EDP é detentora das licenças para explorar estas redes.

As redes de baixa tensão têm a função de abastecimento generalizado à população. Aqui os clientes não têm ainda qualquer situação de liberdade contratual, dada a configuração existente no país para o exercício da distribuição que está a cargo da EDP. As redes e as respectivas obrigações de serviço público são uma concessão de âmbito municipal.

A EDP é concessionária dos municípios. E estão a chegar ao fim do prazo de concessão, vinte anos, todas as redes municipais que foram integradas na EDP até Setembro de 1983, sucedendo-se as restantes, com grande regularidade, ao longo dos próximos anos. Decorre o prazo de denúncia numa altura em que se realizam eleições autárquicas. Se esta matéria for tratada com sentido nacional, embora com respeito pelos direitos da entidade concedente, não tem que resultar nenhuma fragilidade para o próximo passo de privatização.

As rendas de concessão que os municípios cobram à EDP podem legitimamente ser objecto de reponderação quando a maioria do capital é privada.

É na distribuição que se vai decidir com que grau de pureza vai funcionar o mercado da electricidade. Se a comercialização ainda está atrasada, nem por isso ela deixa de ser um instrumento de desenvolvimento concorrencial na União Europeia. É com clientes satisfeitos, na base de uma qualidade de serviço

percebida como adequada ao nível de custo suportado, que a EDP pode defender o seu mercado. Nada impede que, mesmo assim, um qualquer município concedente tenha a tentação de se aliar a um qualquer candidato a distribuidor e terge a respectiva concessão, nos termos da lei. Ou seja, a EDP pode estar confrontada com a perda, a prazo, de áreas de concessão, isto é, de parte do seu mercado actual, na distribuição em baixa tensão.

A iniciativa, nesta como noutras áreas, é decisiva e não pode suscitar-se a fragilização dum projecto nacional, como é o da EDP, por insuficiência de produção normativa, de preparação da opinião pública ou das autarquias locais.

Em conclusão, quando tudo parece natural e o desenvolvimento não é o que esperávamos, impõem-se parar e pensar. Embora hoje pareça natural ter-se optado por abrir o capital da EDP ao nível da "holding", em 1995, o XII Governo, da responsabilidade do PSD, preparava-se para iniciar a privatização pela empresa de produção, a CPPE. O movimento de fusões a que temos assistido no sector eléctrico, como noutros, veio dar razão à opção feita pelo XIII Governo, de preservar a unidade empresarial da EDP com as suas componentes de produção, transporte e distribuição.

Tudo bem, enquanto o Estado detinha a maioria do capital. A situação é nova e exige novo quadro de desenvolvimento quando o Estado se propõe perder a maioria e comportar-se, em assembleia geral, como um accionista com os direitos estatutários que lhe confere a dimensão proprietária. Isto é, não será possível usar a EDP como suporte de operações que os restantes membros da assembleia geral não aceitem, a não ser que os direitos estatutários do Estado, como sócio minoritário, tenham na qualidade de voto o que não cabe na quantidade de acções.

Não é, portanto, possível o melhor de dois mundos: fazer o encaixe de uma nova fatia de privatização de que o Estado precisa e continuar a usar a EDP como instrumento de reestruturação empresarial no sector energético, nas telecomunicações e no comércio electrónico ou como parceiro estratégico de internacionalização de outras empresas nacionais.

A conciliação de tudo isto, não sendo natural, é possível. Durante um tempo limitado. É o tempo em que a liberalização dos mercados e a regulação independente fazem o seu caminho. E o tempo em que os cidadãos accionistas conciliam esta condição com a de consumidores e a outra, de eleitores!

Muito simplesmente, enquanto o Estado dorme, o mercado vigia. O que é novo nesta metáfora, e é o futuro, dá pelo nome de regulação independente.

In «Público»

DEFESA

Jaime Gama



A UEO E A SEGURANÇA EUROPEIA

A afirmação progressiva de uma capacidade europeia eficaz nos domínios da segurança e da defesa tem sido uma constante do debate político dos últimos anos. Tal é facilmente compreensível, uma vez que ao aprofundamento da União Europeia correspondeu o desenvolvimento das suas responsabilidades a nível internacional e da sua vontade de consolidar um espaço de paz e de estabilidade em seu redor. Como resultado de iniciativas inovadoras, foi possível dar um salto qualitativo nas percepções mais tradicionais do papel que aqui cabe aos europeus em conjunto desempenhar. Na prática, este novo impulso - que conheceu etapas marcantes em 1999, nos conselhos europeus de Colónia e de Helsínquia e na cimeira de Washington da NATO - levou a que se avançasse com determinação em duas vertentes complementares:

- A definição, no seio da União Europeia, de uma política comum de segurança e defesa que permita a execução, com capacidades próprias, de operações de gestão de crises (assumindo aqui particular destaque o ambicioso objectivo de, até

2003, existirem condições para colocar no prazo de 60 dias e manter durante pelo menos um ano forças militares de 50 a 60 mil efectivos);

- E a ligação institucional directa da União Europeia à Aliança Atlântica, facultando aos europeus o acesso aos meios militares da NATO quando a Aliança optar por não intervir em determinados cenários de crise. Foi neste momento decisivo que Portugal definiu as suas prioridades enquanto presidência simultânea da UE e da União da Europa Ocidental (UEO). Dotámos assim a União Europeia de um conjunto de novas estruturas políticas e militares que se encontram já em funcionamento. Demos passos significativos na definição de um modelo de relacionamento entre a UE e a NATO. E abrimos agora a porta à criação de um comité que se dedicará exclusivamente à gestão civil de crises, colmatando uma lacuna que tem prejudicado a capacidade de resposta da UE a emergências humanitárias e a catástrofes naturais.

Por outro lado, temos procurado continuar a valorizar a contribuição da UEO para a segurança do nosso continente. Apesar da

sua dimensão, a UEO possui uma considerável experiência de gestão de crises e representa um valioso património político-militar que importa salvaguardar, e mesmo enriquecer, à medida que a UE se vai preparando para conduzir as missões que será chamada a desempenhar. É neste contexto que se realiza a ministerial da UEO, no Porto, a 15 e 16 de Maio.

Portugal imprimiu à UEO um rumo claro. A reunião do Porto tem por fim avaliar os progressos alcançados ao longo da nossa presidência. Procurámos reforçar a sua operacionalidade e garantimos a prossecução das acções levadas a cabo na Albânia e na Croácia. Realizamos em Fevereiro o «CMX-CriseX 2000», que constituiu o primeiro exercício conjunto NATO-UEO, simulando um cenário em que a intervenção surgiu a pedido da UE. Tratou-se, por outras palavras, do primeiro teste prático ao funcionamento da ligação entre as três organizações e do próprio pilar europeu da Aliança Atlântica. Em simultâneo, elaborámos uma compilação do acervo acumulado pelo UEO nos planos conceptual e operacional da gestão político-militar de situações de crise. Este

relatório é uma componente essencial do legado a transmitir pela UEO à União Europeia.

As virtualidades da UEO como fórum de debate político foram igualmente aproveitadas. Destacaria apenas a prioridade atribuída ao contacto com os parceiros mediterrânicos, inserido no Processo de Barcelona, no tocante a medidas geradoras de confiança naquela região. E merece também referência o diálogo com a Rússia e a Ucrânia, particularmente quando importa dissipar dúvidas sobre o sentido real das políticas da UE e da UEO.

A UEO pode - é inegável - estar a aproximar-se do seu fim enquanto organização autónoma. Mas teve um papel histórico relevante, por ter representado, afinal, uma garantia colectiva de segurança para os seus membros. Mais ainda, a sua actividade ao longo dos anos foi o embrião da futura política europeia de segurança e defesa. E, até que a UE esteja em definitivo pronta para se assumir como agente credível neste campo, a UEO manterá a sua utilidade.

†† - «Diário de Notícias»

PERSPECTIVA

Paula Cristina Duarte



A RECONQUISTA DE UMA NOVA EUROPA

Como deputada à Assembleia da República, e membro da Comissão de Assuntos Europeus, tenho perfeita consciência que a Europa assumiu, para os próximos anos, tarefas da mais alta importância, como sejam a solidificação da União Económica e Monetária e o Alargamento.

Num futuro próximo o número de Estados-membros poderá vir a ser quase o dobro. O processo de alargamento abrange actualmente 13 países candidatos.

O que está em jogo neste processo é estendermos aos países Europeus vizinhos as condições de paz, de solidariedade e de desenvolvimento económico de que já beneficiamos, acolhendo-os num quadro institucional adequado, que será a chave para o sucesso do projecto europeu.

A questão que todos temos que colocar e que obviamente teremos que dar uma resposta, é de saber como é que a União Europeia poderá funcionar quando tiver 20 ou mais Estados-membros.

Afinal, como é que a União Europeia conseguirá manter a sua capacidade de decisão e a sua coesão, de modo que continue a ser possível aprofundar a construção europeia? E, sobretudo, como

poderemos ter uma União Europeia politicamente sólida defendendo um projecto coerente.

Embora conscientes que o alargamento é essencial para o futuro da Europa, sabemos que o processo é complexo, tanto para os países candidatos como para os actuais Estados-membros da União Europeia.

Os países candidatos deverão adaptar-se a importantes alterações de cariz legislativo, económico e administrativo, enquanto os actuais Estados-membros deverão mostrar-se receptivos à reforma de algumas estruturas e procedimentos da União Europeia.

Numa União Europeia alargada, será impossível continuar a actuar nos moldes anteriores.

As funções e as competências das instituições têm que ser alteradas.

O reforço do Parlamento Europeu, enquanto co-legislador, é um factor determinante. O funcionamento do próprio Parlamento Europeu deve ser adaptado à perspectiva do alargamento.

A União tem de melhorar o seu funcionamento e tem também de se unir para conseguir responder ao desafio do

alargamento. Tem de demonstrar lançando-se numa verdadeira reforma profunda das suas instituições, que dispõe de vontade política necessária para enfrentar as responsabilidades que sabe ter de assumir ao abrir as suas portas aos novos Estados-membros. Na entrada do novo milénio, a Europa exige uma nova visão e uma estratégia de longo prazo.

Retomando o que há de melhor nas suas tradições e valores, a Europa deve construir-se como uma civilização que assenta a sua prosperidade económica e social na valorização do conhecimento, da diversidade cultural e de coesão, e que desempenha um papel activo na promoção de uma ordem mundial mais equilibrada, pacífica e solidária. Um novo objectivo estratégico deve ser definido para os próximos 10 anos: fazer de União Europeia, à escala mundial, o espaço económico baseado na inovação e no conhecimento mais dinâmico e competitivo, capaz de elevar os níveis de crescimento económico, com mais e melhores empregos, e com mais coesão social. Objectivos e tarefas de grande alcance e de grande complexidade de realização.

A estratégia quer económica quer social da União Europeia não deve ser pensada só como uma resposta afirmativa e criativa às novas oportunidades que se abrem. Trata-se de redefinir o papel da Europa na economia global, de construir outra plataforma competitiva, abrindo o caminho para novos e melhores empregos, organizando este momento sobretudo com coesão social.

É preciso, tal como concluiu a Cimeira sobre o Emprego, conquistar as condições do pleno emprego, sobretudo defini-lo como meta essencial, adaptando-o a uma sociedade emergente, mais aberta às opções das mulheres e dos homens europeus. Para isso, é preciso gerar uma dinâmica de crescimento que garanta para o conjunto da União Europeia uma taxa média anual sustentada de pelo menos 3 por cento.

Toda esta problemática de actuação depende muito, na minha opinião dos próprios actores de sociedade civil, dos parceiros sociais, das empresas, das associações, das regiões, mas sobretudo do cidadão de cada um de nós, de uma sociedade civil europeia que deve continuar a ser construída.

REFLEXÃO

Helena Roseta

O PAPEL DO DEPUTADO

A sistemática presença da Assembleia da República, ou dos deputados, nos valores mais baixos de popularidade e do prestígio aos olhos dos portugueses é um sinal inquietante. Sabemos que há uma crise do sistema de representação, que se deve a múltiplos factores. Um dos principais, desde a queda do Muro de Berlim, é que há alternância, mas deixou de haver verdadeiras políticas alternativas. As conquistas tradicionais dos partidos e movimentos de esquerda foram absorvidas como legado comum da democracia, que todos dizem defender, e às novas agressões geradas pela globalização financeira e mediática poucos ousam ainda responder fora do «pensamento único». A hipervalorização da economia de mercado, como única compatível com a democracia, é um grande equívoco. A partir do momento em que o poder económico e financeiro passou a ter uma escala global não regulada e se sobrepôs ao poder político democrático, é o cerne das democracias que está em causa.

Acresce que em Portugal a democracia conquistada pelo 25 de Abril se instaurou sobre um panorama cultural obsoleto e dominado pelo paradigma salazarista da política como um pecado. Ainda hoje, tantos



anos volvidos, se ouve dizer que «a minha política é o trabalho». O desprezo a que nos anos do cavaquismo foi remetida a actividade parlamentar, política por excelência, contribuiu para a desprestígio. E os abusos cometidos por alguns deputados, amplificadas pelo media, ajudaram a cavar ainda mais o fosso

psicológico entre deputados e eleitores. Lendo a Constituição, verificamos que são vastos os poderes dos deputados. Cabe-lhes participar activamente no processo legislativo, representar as aspirações dos cidadãos que os elegem e fiscalizar a acção do Governo. A Constituição não refere qualquer distinção

entre deputados de partidos do governo ou da oposição. Os poderes e os deveres são os mesmos. É evidente que da bancada que suporta o governo se espera que garanta a sua subsistência, nomeadamente na votação do Programa do Governo, dos Orçamentos de Estado e de moções de censura ou confiança. Mas isto não deve traduzir-se numa subserviência do deputado da maioria face ao seu próprio governo, sob pena de subversão completa dos respectivos poderes constitucionais. Há que reformar o Parlamento, adaptando-o às condições actuais. Mas não à custa dos poderes e do papel dos deputados.

É tudo isto que está em causa quando sou convidada a sair da Assembleia por colegas de bancada que me acusam de estar sempre «contra». Confundem a minha exigência crítica com falta de solidariedade. Enganamente, quanto a mim. Quando as coisas correm pior, não há que meter a cabeça na areia, há que ser mais exigente. No dia em que tal não fosse o entendimento do Partido Socialista, que tanto se orgulha da sua cultura e tradição democráticas, eu teria de me interrogar seriamente, não sobre o meu próprio papel, que pouco importa, mas sobre o futuro da democracia portuguesa.

In «Visão»



POLÍTICA

Paulo Pisco

COMO DESTRUIR UMA BOA IMAGEM

Como seria de esperar, os partidos da oposição viram na presidência portuguesa da União Europeia uma oportunidade de ouro para tentar fragilizar a imagem do Governo. Era mais fácil porque a enorme sobrecarga de trabalho para o primeiro-ministro, ministros e secretários de Estado obriga-os a ocupar mais tempo com questões europeias e internacionais, ficando assim mais desprotegidos a nível interno. Mas esses ataques cerrados tornaram-se um imperativo a partir do momento em que o já bom prestígio internacional de António Guterres se tornou ainda maior por via do desempenho da presidência, o que é sempre um grande incómodo para os líderes da oposição, que, digamos assim, não possuem, nem de perto nem de longe, as mesmas vantagens competitivas. Uma das ideias fortes desta campanha consistiu em fazer crer que o primeiro-ministro estava mais interessado na política internacional do que em governar o País, o que é manifestamente absurdo. Um bom exemplo disto mesmo ocorreu na Assembleia da República quando, numa declaração algo tacanha, o CDS/PP disse que o primeiro-ministro preferia uma reunião com «estrangeiros» (dos

socialistas europeus, já marcada há alguns meses) a estar a discutir o aumento dos combustíveis no Parlamento. O que é irritante nesta guerrilha política é que tanto o líder do PSD como o do CDS/PP, os mais activos nesta campanha, sabem perfeitamente que Portugal precisa de ter um bom desempenho na presidência da União Europeia, factor fundamental para aumentar a nossa credibilidade, capacidade negocial e prestígio internacional. Aliás, o posicionamento destes guerrilheiros da política atingiu um absurdo tão contraditório que criticam ferozmente quando se faz mal, mas também quando se faz bem, neste caso concreto da presidência da UE, dizendo que o primeiro-ministro passa pouco tempo em Portugal e que se interessa mais pela política internacional do que pelo País, como se com este tipo de obrigações e compromissos as coisas pudessem ser de outra forma. Há aqui algo de desonesto e irresponsável e que será, eventualmente, uma das causas por um certo mal-estar existente na sociedade portuguesa, sobretudo na sequência do aproveitamento político feito com os casos de Angola, aumento do preço dos combustíveis e polícias. Apesar de estas situações serem difíceis, e sem ocultar a existência de

problemas, não parece, no entanto, que estejamos perante situações absolutamente dramáticas ou irreparáveis, nem tão-pouco suficientes para fazer sombra ao bom trabalho do Governo nas diversas áreas. Mas a verdade é que foi ouro sobre azul para as oposições, que assim encontraram um excelente pretexto para desencadear e potenciar algumas movimentações sociais, que, de resto, nalguns casos, acabaram por ser menos intensas do que os seus organizadores esperavam, o que também não deixa de ser significativo. O que parece é que quanto maior for a estabilidade social e política maior é a instabilidade interna dos partidos da oposição, porque aumenta a impaciência de alguns grupos, que sentem a sua influência diminuir cada vez mais. O PSD retrata bem esta situação, com grupos a nascer como cogumelos, com líderes potenciais na expectativa, críspação e desânimo, procurando ocultar esse estado de coisas, tentando fazer crer que o Governo está por um fio. É óbvio que quem parece estar por um fio é o líder do PSD, que mais uma vez confirmou com a sua prestação na recente entrevista na RTP que não passa de uma sombra pálida daquilo que diz ser: o primeiro-ministro-sombra. A verdade é que para as oposições não

calha nada bem que António Guterres possua um tão grande prestígio internacional e que seja considerado um dos melhores líderes europeus e mundiais e que tenha uma enorme visibilidade com a presidência da União Europeia e da Internacional Socialista, sendo que esta última, por mais que a direita a tente denegrir, nem por isso deixa de ser a maior e mais influente organização política do mundo, congregando mais de 150 partidos e tendo perto de cem candidatos à filiação.

Por mais que tentem fazer crer o contrário, revestiram-se também de uma enorme importância as cimeiras do emprego e com África, que ficarão na história da União Europeia e constituem pontos de viragem nos respectivos domínios.

É óbvio que não é fácil aos líderes da oposição digerir a conjuntura, e por isso mesmo lançam ataques ferozes e cortinas de fumo na esperança tacanha de que os portugueses não percebam a real dimensão e influência do primeiro-ministro.

Há algo de profundamente mesquinho nesta forma de fazer política, mas como costuma dizer alguém bem conhecido de todos, é a vida!

In «Diário de Notícias»





QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Mímica em Albufeira

Hoje assista ao espectáculo «Mímica no Museu». O evento decorre no Museu Municipal de Arqueologia, entre as 10 e 30 e as 17 horas, no âmbito das comemorações do Dia Internacional dos Museus. O seminário «Segurança vs. Violência» decorre, este sábado, dia 20, a partir das 9 horas, no Auditório Municipal. A exposição de pintura de Martins Leal espera pela sua visita, até ao dia 30, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros. A exposição encontra-se aberta ao público diariamente, das 10 e 30 às 17 horas, encerrando aos domingos e feriados.

Concertos em Amarante

O maestro José Atalaya estará, mais uma vez, na cidade para dois novos concertos da série «Música em Diálogo», que se realizarão amanhã, sexta-feira, no Auditório da Cozinha dos Frades. O primeiro concerto, dedicado aos alunos do 2º ciclo da Escola EB-2,3 de Vila Caiz, está marcado para as 15 horas. O segundo, destinado ao público em geral, acontece pelas 21 e 30. O maestro José Atalaya será acompanhado nestes concertos pelo solista (guitarra) José Flecha.

Teatro em Coimbra

Judith Cohen, musicóloga e etnóloga canadiana especializada em música sefardita judaico-espanhola, bem como em música tradicional e medieval, estará, hoje, às 21 e 30, na Casa Municipal da Cultura, com o evento «Música Tradicional». «Peter Pan» é a peça que o Teatro Negro de Praga traz hoje ao palco do Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV), às 21 e 45. Os mais belos versos de Ruy Cinatti serão ditos, esta segunda-feira, dia 22, a partir das 22 horas, por Eira Pedrinha, no já conhecido espaço poético do Café-Concerto do TAGV «Palavras que nos ficam da usura dos dias».

Canções em Fafe

O I Festival da Canção das Escolas EB-2,3 e Secundária do concelho fafense realiza-se amanhã, no Estúdio Fénix, pelas 21 e 30. O Novo Teatro Construção apresenta, nos dias 22, 23 e 25, no estúdio Fénix, de manhã e de tarde, a peça «Eu Poluo, Tu Limpas, Nós Poluís. Nós Limpamos», de Custódio Oliveira. Trata-se de uma representação teatral dirigida aos mais pequeninos e que conta com a encenação de José Leitão

Festa em Faro

A partir de amanhã e até ao dia 26, o Cinema Golden City exhibe o filme «Gladiador», de Ridley Scott, com Russel Crown e David Hemings. Esta mesma película poderá der ainda vista,

até ao dia 1 de Junho, no Cinema Santo António. Também amanhã participe, pelas 21 e 30, na Festa da Armada, que decorrerá no Passeio da Doca. O mesmo lugar será palco, este sábado, às 18 e 30, do concerto da Orquestra Ligeira do Exército. Algumas curtas metragens portuguesas poderão ser (re)apreciadas nos dias 23 e 24, às 21 e 30, no IPU farenses, no âmbito do Festival Internacional de Cinema do Algarve

Conto em Guimarães

Amanhã, às 21 e 30, o Grupo de Teatro Vitrina (do Grupo Nuno Álvares) representa a peça «Contos com Desencontros», na Hemeroteca – Centro de Animação da casa do Povo de São Torcato. O Auditório dos Bombeiros Voluntários acolhe, este sábado, dia 20, a partir das 21 e 30, um recital da Orquestra de Sopros da Academia de Música Valentim Moreira de Sá e do Grupo Coral de Azurém. Na segunda-feira, dia 22, não perca a palestra sobre «Formação de Jovens Futebolistas» que decorrerá, a partir das 21 e 30, no Paço dos Duques de Bragança. O espaço cultural e recreativo da Hemeroteca, «Hora do Conto», será preenchido, no dia 24, a partir das 10 e 30, com a história «As Cores e a Vida», de Maria de Rosário Dias

Música em Lisboa

Ao todo são quatro as estreias cinematográficas de amanhã, sexta-feira, dia 19. Trata-se de «Happy Texas», de Mark Illsey; «Gladiador», de Ridley Scott; «O Método do Samurai», de Jim Jarmusch; e «The Proposition», de Lesli Linka Glater. Os Eels e os Cool Hipnoise participam, na quarta-feira, dia 24, no Lux, no encerramento dos 175 anos da Valentim de Carvalho. Trata-se da primeira vez que os Eels, banda de E (Mark Oliver Everett), actua em Portugal, vindo apresentar o seu novo álbum, «Daisies Of The Galaxy». Os Cool Hipnoise estreiam ao vivo o álbum «Música Exótica para Filmes, Rádio e TV».

Exposição na Lousã

As salas de cinema da cidade recebem, amanhã, às 21 e 30, o filme «Erin Brockovich», com Julia Roberts. O Átrio da Biblioteca Municipal alberga, a partir do dia 22 e até ao dia 4 de Junho, a exposição «Oficina de Artes da Escola Secundária da Lousã», uma mostra de trabalho dos alunos da referida instituição de ensino.

Bandas em Montemor-o-Velho

A Academia Musical Arazedense foi o local escolhido para acolher, no dia 20, às 21 e 30, o concerto em que actuarão a Orquestra

Ligeira da Carapineira e as Bandas Juvenis da Abrunheira, de Arazede e Verrede.

Jazz em Óbidos

A autarquia local organiza, pela primeira vez, um festival – «Óbidos Jazz 2000» –, para ajudar a desmistificar o intelectualismo geralmente associado a este estilo musical. O certame decorre, a partir deste domingo, dia 21 e até ao dia 28, no Auditório Municipal da Casa da Música. Entre os dias 22 e 25 haverá, inserido no festival, um ciclo de cinema sobre jazz, com exposições, todos os dias às 21 e 30.

Peça em Paredes de Coura

Amanhã, às 22 horas, assista à representação da peça «A Burla do Galo», de Roberto Vidal Bolaño (Teatro do Noroeste e Centro Dramático Galego), no Centro Cultural.

Fado em Portimão

O segundo Concurso de Fado da cidade acontece hoje, no Boa Esperança Atlético Clube.

Livros no Porto

A 70ª edição da Feira do Livro portuense abre as portas quarta-feira, dia 24, com a presença de 122 stands, mais 34 do que no último ano. A feira será instalada no Pavilhão Rosa Mota e estará aberta até 11 de Junho, com um espaço substancialmente superior ao dos anos anteriores, de modo a acolher os novos participantes. Este ano, face às limitações do referido Pavilhão, será instalada nos jardins do Palácio de Cristal uma tenda gigante de mil metros quadrados que abrigará 44 pavilhões, ficando os restantes 78 no interior do recinto. A feira integrará ainda um espaço dedicado à Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã e promoverá um ciclo de conferências sobre o tema «Propostas para o Milénio».

Encontro Internacional de Novo Teatro para Crianças e Adolescentes

PERCURSOS

20 a 27 de Maio
Espaços culturais
CCB, Culturgest, CAM/ACARTE
Maria Matos – Teatro Municipal e Sala Estrela 60
LISBOA

SUGESTÃO

FICA'2000

A 28ª edição do FICA – Festival Internacional de Cinema do Algarve decorre, a partir do dia 22 e até ao dia 26, no Auditório Municipal de Albufeira. As exposições fílmicas serão repartidas por sete sessões – uma durante a exclusivamente para crianças, outra à tarde, para jovens, e cinco à noite, integradas num ciclo temático escolhido e comentado pelo cineasta Lauro António. Este ciclo de cinema seleccionou para o ciclo «Imagens do Futuro» as películas «Matrix» (dia 22); «O 5º Elemento» (dia 23); «Contacto» (dia 24); «Estranhos Prazeres» (dia 25) e «Existenz» (dia 26). A programação infantil, em exibição a partir das 10 e 30, inclui «Toy Story 2 – Em Busca de Woody» (dia 23); «O Pequeno Stuart Little» (dia 24); e «Tarzan» (dia 25). As sessões destinadas à programação juvenil começam às 15 horas, nos dias 23, 24 e 25, com as fitas «As Dez Coisas que Detesto em Ti», «Um Pai à Maneira» e «Inspector Gadget», respectivamente. Prevê-se que esta exibição do FICA traga leve ao Algarve cerca de 300 pessoas ligadas aos meios audiovisuais. Destaque-se que o Festival Internacional de Cinema do Algarve chegará ainda hoje a Portimão (Paria da Rocha). Outras exposições do FICA estão marcadas, até ao dia 28, em vários núcleos de cinema do Algarve.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Teu corpo

*Teu corpo
praia deserta
duna liberta
chama por mim
sou onde de maré-cheia
que anseia
morrer assim.*

*Teu corpo
salgado e puro
fruto maduro
princípio e fim
sou vento de andar à solta
que volta
ao teu jardim.*

Luiz Goes
In «De Ontem e de Hoje»



CONTESTAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

1. A onda de contestação social, especialmente na função pública e no sector dos transportes obriga-nos a reflectir, mais do que sobre a conjuntura, sobre os aspectos estruturais que condicionam e determinam as lutas em curso. É evidente que por parte de sectores oposicionistas, nomeadamente da área comunista e dos TSD, há uma intenção clara de mobilizar sectores da opinião pública e dos trabalhadores contra o Governo. Mas também é verdade que por parte de significativos sectores laborais socialistas há uma forte atitude reivindicativa que visará por um lado, manter a influência nos sectores respectivos e por outro lado, procurar melhores condições de trabalho para os trabalhadores das respectivas áreas. A contradição de fundo do movimento sindical português radica no domínio por sectores comunistas claramente

minoritários na sociedade portuguesa da mais numerosa central sindical, cujo núcleo duro comunista moderadamente se vai convertendo real ou aparentemente ao projecto europeu e tenta adaptar-se ao sindicalismo moderno.

2. A questão essencial do aumento nas áreas do sector produtivo (de bens ou serviços) é a da criação da riqueza. O aumento da produtividade e os ganhos de competitividade empresarial podem permitir, em vários sectores económicos, aumentos de remunerações que, por via dos preços dos bens e serviços dessas empresas, não afectem a inflação. Já na Administração Pública, as subidas de remuneração que se considerem inflacionistas exercerão também um peso eventualmente significativo, de forma directa, no défice do Sector Público Administrativo. O que não significa que não se deva garantir pelo menos a reposição do poder de compra, designadamente um

aumento superior à inflação para os trabalhadores da função pública.

3. A presença do primeiro-ministro António Guterres, no Plenário da Assembleia da República, no debate sobre "a situação política no País e a estratégia do Governo para Portugal" foi importante a vários títulos. Mas destacamos o anúncio de um programa governamental de apoio às jovens famílias urbanas. Quanto à reformulação do IRS, linha básica de reforma do sistema fiscal, o 1º Ministro assumiu a importância de ser levada a cabo, no seguimento das alterações deliberadas em anteriores Orçamentos de Estado. O Governo, com apoio do Partido e do Grupo Parlamentar, está em condições de ganhar um novo fôlego. A intervenção de Guterres na Assembleia da República abriu o caminho para uma nova fase mais elaborada e aguda de luta política, a bem de Portugal e dos portugueses.

«A hipervalorização da economia de mercado, como única compatível com a democracia, é um grande equívoco»
Helena Roseta
 Visão, 11 de Maio

«O desprezo a que nos anos do cavaquismo foi remetida a actividade parlamentar, política por excelência, contribuiu para a desprestígio»
Idem, ibidem

«Manuel Tito de Morais personifica uma certa forma de ser socialista, de ser esquerda, de ser democrata e de ser patriota. Não houve combate em que não tivesse combatido. E pôs sempre as causas acima dos interesses pessoais»
Manuel Alegre
 Portugal Socialista, Março

«Os conservadores de hoje são chamados neoliberais e têm demonstrado, com visão limitada, que a sua imaginação se esgota em fórmulas pré-estabelecidas»
Ricardo Lagos
 Portugal Socialista, Março

«Portugal está a transformar-se num país ciclotómico, em que se sucedem os períodos de euforia e depressão. Em geral, ambos exagerados»
José Carlos de Vasconcelos
 Visão, 11 de Maio



Por favor remeter este cupão para:
 Portugal Socialista
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____
 Morada _____
 Localidade _____
 Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
 Acção Socialista
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____
 Morada _____
 Localidade _____
 Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
 Órgão Oficial do Partido Socialista
 Propriedade do Partido Socialista
 Director
Fernando de Sousa
 Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
 Colaboração
Rui Perdígão
 Secretariado
Sandra Anjos
 Paginação electrónica
Francisco Sandoval
 Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa
 Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa
 Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
 Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
 1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz